

INFORME

Publicação do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI - Nº 15 - Junho / 2003

ECONOMIA

Ponto de Vista

“Estavam os habitantes nas suas casas ou a trabalhar nos cultivos, entregue cada um aos seus afazeres e cuidados, quando de súbito se ouviu soar o sino da igreja. Naqueles piedosos tempos (estamos a falar de algo sucedido no século XVI) os sinos tocavam várias vezes ao longo do dia, e por esse lado não deveria haver motivo de estranheza, porém aquele sino dobrava melancolicamente a finados, e isso, sim, era surpreendente, uma vez que não constava que alguém da aldeia se encontrasse em vias de passamento. Saíram portanto as mulheres à rua, juntaram-se as crianças, deixaram os homens as lavouras e os mesteres, e em pouco tempo estavam todos reunidos no adro da igreja, à espera de que lhes dissessem a quem deveriam chorar. O sino ainda tocou por alguns minutos mais, finalmente calou-se. Instantes depois a porta abria-se e um camponês aparecia no limiar. Ora, não sendo este o homem encarregado de tocar habitualmente o sino, compreende-se que os vizinhos lhe tenham perguntado onde se encontrava o sineiro e quem era o morto. “O sineiro não está aqui, eu é que toquei o sino”, foi a resposta do camponês. “Mas então não morreu ninguém?”, tornaram os vizinhos, e o camponês respondeu: “Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta.” Acontecera que o ganancioso senhor do lugar andava desde há tempos a mudar de sítio os marcos das estremas das suas terras, metendo-os para dentro da pequena parcela do camponês, mais e mais reduzida a cada avançada. O lesado tinha começado por protestar e reclamar, depois implorou compaixão, e finalmente resolveu queixar-se às autoridades e acolher-se à proteção da justiça. Tudo sem resultado, a espoliação continuou. Então, desesperado, decidiu anunciar *urbi et orbi* (uma aldeia tem o exato tamanho do mundo para quem sempre nela viveu) a morte da Justiça. Talvez pensasse que o seu gesto de exaltada indignação lograria comover e pôr a tocar todos os sinos do universo, sem diferença de raças, credos e costumes, que todos eles, sem exceção, o acompanhariam no dobre a finados pela morte da Justiça, e não se calariam até que ela fosse ressuscitada. Um clamor tal, voando de casa em casa, de aldeia em aldeia, de cidade em cidade, saltando por cima das fronteiras, lançando pontes sonoras sobre os rios e os mares, por força haveria de acordar o mundo adormecido... Não sei o que sucedeu depois, não sei se o braço popular foi ajudar o camponês a repor as estremas nos seus sítios, ou se os vizinhos, uma vez que a Justiça havia sido declarada defunta, regressaram resignados, de cabeça baixa e alma sucumbida, à triste vida de todos os dias. É bem certo que a História nunca nos conta tudo...”

(Extraído do texto “Da Justiça à democracia, passando pelos sinos...” escrito por José Saramago)

BRASIL: PAÍS DO FUTURO? p.2

William Jorge Bandeira

WILLIAM JORGE: CAMINHOS E BANDEIRAS p.3

Antonio Fonseca Neto

ALÉM DO FEDERALISMO DE WILLIAN RIKER p.4

Maria do Socorro Lira Monteiro

O ATUAL GOVERNO É DO PT OU CONTINUA TUCANO? p.6

Samuel Costa Filho

TRABALHO ESCRAVO NAS CHARQUEADAS DO PIAUÍ: uma aproximação p.10

Solimar Oliveira Lima

MEIO-AMBIENTE: UMA VARIÁVEL ESTRATÉGICA? p.12

Ernani Araújo Filho

REFLEXÕES SOBRE A DELIMITAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE p.15

Jaira M Alcobaça Gomes, João Soares da Silva Filho e Francisco

Prancacio Araújo de Carvalho

O QUE É ECONOMIA? p.16

João Soares da Silva Filho

CRÍTICA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA FILOSOFIA NA ACADEMIA p.17

Henrique Conde Vieira

AÇÕES AFIRMATIVAS E UM NOVO CONCEITO DE JUSTIÇA p.18

Gadafy de Matos Zeidan

O PROBLEMA DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA p.19

Gerson Albuquerque de Araújo Neto

POBREZA: DESTINO OU ESCOLHA? p.20

Felipe Mendes

MARKETING DE PERMISSÃO p.21

Tiago Cardoso Rosa

A FALÁCIA DO EXERCÍCIO DO PODER EM NOME DO POVO p.22

Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres

DESAFIOS À NOVA ESQUERDA p.24

Frei Betto

A AGENDA INTERDITADA p.25

Manifesto de Economistas contra a Política Econômica

“O grande embate dos nossos dias é a miséria. E não se diga que ela é invencível!”
Dom Hélder Câmara

BRASIL: PAÍS DO FUTURO?

Wlilian Jorge Bandeira*

Nos anos 60 e 70 era muito comum se ouvir a frase: "Brasil é o país do futuro". Na verdade a frase não era destituída de fundamento. O Brasil a partir dos anos 50 começou a construir uma estrutura industrial semelhante à dos países desenvolvidos, chegando a se colocar entre as oito potências industriais do mundo.

A frase significava para muitos uma esperança de que o país em pouco tempo poderia superar seus problemas sociais, legando a sua população altos níveis de vida. O maior destes problemas era a forte concentração de renda existente, a qual era responsável por grandes injustiças sociais, refletidas no fato de que milhões de brasileiros viviam na mais absoluta pobreza.

O processo de substituição de importações foi capaz, através de financiamento externo e a presença maciça do Estado na economia, criar uma economia nacional pujante em termos industriais, embora com fortes laços de dependência com o exterior e profundas desigualdades regionais e sociais. A dependência externa se referia a soma de recursos financeiros internacionais que entraram no país durante as décadas de 50, 60 e 70 que financiavam os blocos de investimentos governamentais em setores de bens intermediários e de insumos, tais como siderurgia, energia, combustíveis, petróleo e petroquímica, mineração, infraestrutura econômica, telecomunicações e telefonia, aviação, etc.

A outra face da dependência externa foi a formação da indústria brasileira, em que os setores mais dinâmicos foram constituídos por empresas multinacionais que se instalaram no Brasil em condições das mais vantajosas, reproduzindo no país o mesmo trajeto de seu país de origem com a vantagem de lançar produtos, tecnologia e processos totalmente desenvolvidos fora, possibilitando duplos benefícios em termos de lucratividade. Com isso, a economia brasileira se tornou uma das mais internacionalizadas e atrativas do mundo, com um montante de investimentos estrangeiros em mais de 30% do PIB, sendo a quarta economia no mundo em termos de coeficiente de abertura para o capital forâneo.

A contrapartida desse processo foi a renúncia em gerar no país um sistema de ciência e tecnologia próprio, pois a tecnologia vinha embutida nas máquinas adquiridas no exterior e na capacidade produtiva das empresas estrangeiras. Por isso, o Brasil ainda hoje aplica muito pouco em P&D, seja em institutos estatais, seja nas empresas. É exemplo disso, o baixo

desempenho das universidades brasileiras nos testes dos "provões" que são realizados anualmente pelo MEC.

A burguesia nacional se desenvolveu em setores subordinados e a reboque das empresas estrangeiras e/ou se conformou com o domínio de setores industriais competitivos e de baixas taxas de rentabilidade, incluindo-se os ramos comercial e de serviços. Em termos de setores dinâmicos somente nas indústrias do aço, do papel e celulose e do cimento ocorrem o domínio de grupos nacionais. Com isso, a burguesia nacional fica carente de identidade e com baixa capacidade de comandar um projeto nacional de desenvolvimento consistente e que priorize os interesses nacionais, sem o ranço do nacionalismo.

A introdução de empresas modernas com tecnologias de ponta no país, com um mercado de trabalho crescendo com altas taxas em virtude do forte processo migratório vigente somado a alta taxa de natalidade brasileira, constituíram uma correlação explosiva geradora de baixos salários e concentradora da renda e da riqueza nacionais, contribuindo para a exclusão de milhões de brasileiros do mercado e colocando sérios limites às escalas produtivas das empresas, com claros prejuízos a competitividade internacional do Brasil.

Até o final dos anos 70, esse modelo funcionou muito bem, apesar dos problemas colocados. Durante os anos 80, com a crise de pagamentos do México, cessou o fluxo de recursos para os países em desenvolvimento. Os Estados Unidos adotaram a política de juros altos e todo o dinheiro do mundo se dirigiu para lá. Com isso, o Brasil passou de absorvedor para exportador líquido de recursos para o exterior, através de crescentes remessas de juros, dividendos, lucros e amortizações de uma enorme dívida externa, a qual cresceu assustadoramente com a subida dos juros internacionais.

Com isso, o "círculo virtuoso" do modelo de substituição de importações se esgotou, pois o Estado perde sua capacidade de financiamento e o país precisava se ajustar para viabilizar o pagamento dos encargos da dívida. Nos anos 80, o Brasil precisou reduzir importações e investimentos, desvalorizar recorrentemente o câmbio e reduzir salários para conseguir saldos na balança comercial, visando honrar seus compromissos financeiros externos, num momento de significativas transformações nos paradigmas tecnológico e industrial.

Para se ter uma idéia do esforço brasileiro em formar uma economia moderna dentro do paradigma metal-mecânico, durante o período de 1965/80 a taxa média de crescimento do valor adicionado foi de 9,5% ao ano. Tal desempenho foi suplantado somente por Coreia do Sul (18,99%), Cingapura (11,41%) e Indonésia (10,20%) e foi significativamente melhor que a média dos países desenvolvidos (4,66%) e em desenvolvimento (6,55%) durante o mesmo período. Os complexos químico e metalmeccânico (inclusive bens de capital, bens de consumo duráveis e o setor automobilístico), que representavam 47,5% da produção industrial em 1970, foram em 1980 responsáveis por 58,8% do produto total da indústria. Portanto, a estrutura industrial brasileira não era significativamente diferente da maior parte das economias da OECD (os 32 maiores países industrializados do mundo). De fato, as três economias mais desenvolvidas tinham, aproximadamente, dois terços da sua produção industrial originada destes setores: 64,4% no caso dos EUA, 64,5% no Japão e 69,8% na Alemanha Ocidental.

No entanto, entre 1980 e 1992 a indústria de transformação brasileira teve sua produção reduzida de 7,4%, em que os setores que mais sofreram foram bens de capital (queda de 44% no período) e duráveis de consumo (queda de 8%) exatamente aqueles que lideraram o crescimento no período anterior. Mas, o mais importante, foi que o Brasil não se preparou para participar da nova economia proveniente da tecnologia informacional, a qual passou a dominar o mundo, sobretudo a partir dos anos 80. Assim, o Brasil que era o mais sério país em desenvolvimento a reivindicar uma vaga entre os países desenvolvidos, perdeu o "trem da história" e hoje se encontra muito distante do padrão internacional de desenvolvimento econômico e social, tendo que começar tudo de novo.

A nova divisão do trabalho internacional descarta a antiga divisão entre "três mundos" e "forja" uma nova divisão do trabalho em que as áreas se dividem entre os países que ingressaram na economia informacional como produtores e difusores de novas tecnologias, produtos e processos do novo paradigma que são os casos dos EUA, Japão e a União Européia.

Entre esses países, os sete mais ricos do mundo, em 1990, eram responsáveis por 90,5% da indústria mundial de alta tecnologia e detinham 80,4% do poder global do setor de computação e respondiam por diferencial extraordinário em recursos

humanos qualificados, com 15 vezes mais que os países em desenvolvimento. Em aplicações em P&D, enquanto a América do Norte aplica 42,8% do total mundial, a América Latina e a África, juntas, eram responsáveis por apenas 1% do mesmo total.

Em segundo lugar vêm os países que se integram ao primeiro grupo, que se qualificam como países receptores de novas tecnologias e realizam fortes relações econômicas com os primeiros, inclusive participando intensamente em suas áreas de influência. Entre essas áreas de influência, a asiática é a que mais cresce, tornando-se a área de maior produção industrial suplantando, portanto, as áreas americana e européia.

O Brasil precisa de um projeto de inserção que defina setores prioritários que irão competir no mercado mundial e que serão trabalhados estrategicamente para serem competitivos. Proteger e fortalecer setores internos promotores de empregos, setores fragilizados pela concorrência, setores decadentes e trabalhar setores de tecnologia de ponta para diminuir a dependência externa. Para isso, vai precisar trabalhar um conjunto de políticas articuladas que passa por uma bateria de incentivos à iniciativa privada, aumentar os gastos das empresas em pesquisas tecnológicas, em novas técnicas de gestão, em modernização e automação e em constante capacitação em RH, marketing, produção, inovação e elaboração e implementação de estratégias competitivas.

As políticas mais necessárias são as de cunho industrial, comercial, C&T, educacional, redistribuição de renda, combate à miséria, dentre outras. Tudo isso é necessário visando manter e criar áreas de vantagens dinâmicas visando uma inserção vantajosa entre os países do segundo grupo.

Por último vêm os países excluídos pela incapacidade de absorver as novas tecnologias e pela estreiteza de seus mercados. Os maiores candidatos são países da África e da América Latina. O Brasil pode participar do segundo grupo de forma subordinada, se não resolver seus problemas estruturais através de projeto mínimo apontado acima.

O futuro do Brasil hoje é incerto. A esperança se transformou em desesperança. Grande parte de nossas crianças estão nas ruas ou em trabalhos inadequados, fora da escola, ou ainda, brigando com instituições falidas como as FEBEMs da vida. Boa parte de nossos jovens estão dominados pelas drogas ou morrendo na guerra do narcotráfico. Nossas instituições mais importantes estão sendo corroídas pelo crime e pela corrupção. Muitos políticos, magistrados e policiais fazem parte da folha de pagamento dos narcotraficantes. A violência urbana cresce intensamente e se espalha por todo o país. Tais indicadores revelam profunda deterioração de nossa sociedade que apontam para um profundo subdesenvolvimento, sinal contrário do "País do Futuro" dos anos 60/70 ●

*William Jorge Bandeira foi professor do Departamento de Economia /UFPI e um paraense apaixonado pelo Piauí. Concluiu a graduação em Economia na Universidade Federal do Pará em 1973. Na Universidade Federal do Ceará, realizou Mestrado em Economia nos anos 1974 e 1975. A partir de 1976, lecionou economia na UFPI. Estudioso dedicado das questões sócio-econômicas piauienses, tornou-se pesquisador da Fundação CEPRO (1975-1989) e seu Superintendente (1975 a 1982). Na Universidade de Campinas-SP concluiu o Doutorado em Economia em 1989. Publicou dezenas de trabalhos sobre a sócio-economia piauiense enfatizando a agricultura, indústria e o mercado de trabalho. A tese defendida no doutorado enfocou o desenvolvimento no Estado do Piauí.

HOMENAGEM PÓSTUMA

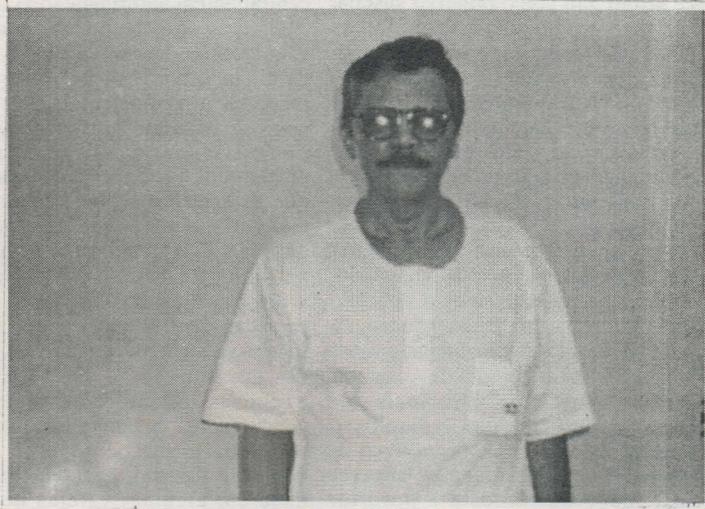


Foto: Enoia Veras/1998

★ 07.01.1947 † 09.11.2002

William Jorge: caminhos e bandeiras

Fonseca Neto - Diretor do CCHL

Uma vez mais consignamos registro sobre a morte do ilustre e ilustrado professor da UFPI, localizado por mais de 25 anos no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL).

Figura humana sob muitos aspectos distinta, W. Bandeira foi dos primeiros em nossa IFES a abrir os caminhos da formação pós-graduada, exemplar experiência junta e imediatamente seguida por vários novos pesquisadores que, no calor mesmo do tempo, constituiriam o núcleo fundante do Departamento e do primeiro curso de Economia no Piauí, em nível de graduação universitária.

Eram aqueles tempos, aliás, marcados pelo ascenso das manifestações contra a ditadura, com esperanças aflorando à pele do povo do país. A avidez pela pesquisa, pelo conhecimento aplicado, ganhava as preocupações médias de uma fração significativa da inteligência piauiense. A Fundação Cepro, ligada ao governo do Estado, irradiava iniciativas e resultados de variados estudos sobre o Piauí. Em tudo, ou quase, do Piauí inteligente, W. Jorge ia fazendo marca, cultivando um referencial.

Seus estudos pós-graduados iluminaram a estrutura fundiária piauiense, para que enxergássemos nas suas entranhas a tessitura mais de duas vezes secular de uma ordem dominadora que [como que] congelou o futuro local em bases de atraso social marcantes, ainda não de todo rompido.

Sobre ele, disse-me certa vez o professor Wall Ferraz, ser "uma pessoa que a elite dirigente do Estado deveria ter a coragem de convocar" para as tarefas de administração pública e governo. Teria papel decisivo na redenção do Piauí, com certeza. E Ferraz sabia do que estava falando.

Não diria que Bandeira deixou-nos sem-bandeira: no curso e no departamento de Economia, no CCHL e na UFPI, ele arrebatou e ergueu muitas delas, outras hasteou pelas margens, várias andam meio desanimadas; um número inumerável de outras há por serem criadas e agitadas em prol do desenvolvimento desta terra de roceiros e vaqueiros corados ao sol deste equinócio latifundido em lágrimas valentes dos que não desistem de lutar.

Ainda em dezembro, com nosso colega Felipe Mendes a animar o projeto, lançamos no CCHL, em livro, para incensar o Piauí contralatifundiário, o texto PIAUÍ: Evolução, Realidade, Desenvolvimento, um esforço de interpretação declaradamente elaborado com forte inspiração do professor de economia agora relembrado.

Foi o tributo possível que naquele instante de sua partida esta casa de estudos fizemos a William Jorge Bandeira. Além, claro, de logo em seguida termos dado à vida intelectual do Piauí e do Brasil, com o grau de economista, uma moça bonita chamada Maira Rolim Bandeira, filha-família desse homem exemplar.

É assim a caminhada.

ALÉM DO FEDERALISMO

Maria do Socorro Lira Monteiro*

Este artigo tem como objetivo suscitar uma reflexão sobre os determinantes da adoção da forma federal de Estado, uma vez que a grande transformação política ocorrida no Brasil, através das eleições de 2002, indica a necessidade de um novo pacto político, com vista à implementação de um projeto de desenvolvimento nacional, democrático e popular.

Antes de analisarmos os determinantes da adoção da forma federal de Estado, faz-se necessário debatermos o conceito de federalismo, em decorrência da dificuldade de conceitá-lo, haja vista que o mesmo é derivado de diversas matrizes teóricas historicamente antagônicas, uma vez que federalismo se constitui em um objeto complexo de análise, cuja complexidade se alicerça na capacidade de resposta a um problema geral, que tem uma polaridade contraditória e articulada.

A palavra federalismo é originária do Latim, cujo significado é pacto, contrato. De acordo com o Dicionário Aurélio (1986, p.765), federalismo consiste na *"Forma de governo pelo qual vários estados se reúnem numa só nação, sem perderem sua autonomia fora dos negócios de interesse comum"*. Através desse conceito inferimos que não temos condições de definir federalismo em termos estritamente conceituais, senão como um Estado composto por diferentes estados.

Todavia, essa constatação desperta distintos questionamentos: Qual a origem do federalismo? Quais seus determinantes? Como se desenvolveu seu processo evolutivo?

De acordo com Willian Riker o federalismo tem sua origem na degenerescência dos antigos impérios, o que significa afirmar que com a dissolução dos impérios, a proposição do federalismo se constitui em alternativa viável. Essa alternativa possui como sustentáculo o estabelecimento de subdivisões independentes, as quais incorporavam as vantagens tecnológicas responsáveis pela produção de riquezas e armas favorecendo a concorrência.

A forma constitucional do federalismo garante ações conjuntas de diversos governos locais, inclusive militar, o que poderia ser impossível em governos separados. Ou melhor, o federalismo consiste em uma forma de governo que pode situar-se entre a aliança e o império. Sendo que a aliança se embasa na autonomização das unidades governamentais, exceto quando mantém alianças para defender os interesses do conjunto. Enquanto que o governo imperial não mantém ações conjuntas, porque uma unidade conquista e comanda as demais, ou seja, a unidade

central detém autoridade total.

Os dois tipos de governos apresentam vantagens e desvantagens. A vantagem da aliança, funda-se na preservação das unidades governamentais e a desvantagem se alicerça no sentido de tomada de decisão, na qual faz-se necessário um amplo processo de discussão para que as decisões sejam unânimes, o que frequentemente pode provocar o fim da aliança. As vantagens do império se apóiam na condição sobre a qual a direção e a decisão sobre ações são tomadas centralizadamente. A desvantagem se sustenta quando os interesses dos governos locais são sacrificados às expensas do interesse imperial. Por conseguinte, o federalismo se constitui em uma forma de governo na qual o Governo Central mantém total autoridade em algumas esferas de governo, por exemplo, questões militar e externa, e os governos locais mantêm em outras esferas, por exemplo, a lei criminal.

Portanto, para Willian Riker o federalismo consiste em um pacto político, cujo objetivo primordial é a agregação de novas áreas dentro de um determinado governo, isto é, objetiva a expansão territorial. Na realidade o federalismo passa a se constituir em um projeto federalista de organização territorial do poder político dos Estados Nacionais.

O colapso de império, grandes territórios e um Governo Central autoritário, geralmente ocorre através de grandes rebeliões. Esse movimento libertário ao mesmo tempo em que promove o surgimento de subdivisões políticas, possibilita que os mesmos tenham condições de se direcionar para três diferentes caminhos:

1) transformar as subdivisões em unidades políticas independentes, não obstante, as mesmas não apresentam características próprias para se tornarem uma unidade política possível, decorrente das condições tecnológicas;

2) manter as subdivisões independentes somente com autonomia política, situação que explicita que ocorreu apenas troca do rei (soberano), deixando, portanto, as subdivisões vulneráveis a um novo ataque imperialista;

3) as subdivisões política e administrativamente se unirem em uma forma federativa. Na realidade podemos inferir que federalismo, nesta referida circunstância significa união e não descentralização.

Então, o federalismo refere-se a uma vasta gama de arranjos políticos complexos, no qual se concilia contraditoriamente a unidade e a diversidade.

O federalismo caracteriza-se pela existência de forças opostas de integração e desintegração em um determinado território geográfico, ou seja, do ponto de vista da história comparada, um ordenamento estatal federalista consiste em um campo de tensão entre as forças centrípetas e centrífugas.

O elemento centrífugo de determinação do federalismo funda-se na identidade histórica de grupos e alianças, que não aceitam se agregarem ou apresentam reservas, à sua integração em uma estrutura estatal central.

Do ponto de vista das forças agregativas, temos que os elementos centrípetos se relacionam com o interesse de integrar-se a um mercado maior, à necessidade de defesa comum contra a ameaça estrangeira, ao amadurecimento da identidade histórica do Governo Central, ao interesse de determinados grupos e alianças em conquistarem poder e, finalmente, temos ainda como força agregativa a inércia das unidades políticas.

Através, então, da análise dos elementos integrativos e desintegrativos observamos que o funcionamento de sistemas federalistas está sujeito a mudanças permanentes, sendo assim o federalismo se constitui em um conceito extremamente dinâmico. Neste sentido, deduzimos que não existe federalismo em abstrato, mas somente existe federalismo atual em determinada federação.

Por conseguinte, a norma básica de identificação do federalismo é a Constituição Federal, na qual deverá constar que existem dois níveis de governo que regulamentam sobre o mesmo território e o mesmo povo, como também deverá existir alguma garantia de autonomia para cada governo dentro de sua própria esfera de ação.

Portanto, Willian Riker interpreta o federalismo como uma barganha introspectiva entre os líderes nacionais e os locais, com o objetivo precípuo de agregar territórios e melhorar a cobrança de impostos e as armas e, uma barganha na qual, cada um dos níveis de governo possui autoridade para tomar decisões independente do outro.

Entretanto, existem limites entre os graus de independência de tomada de decisão, uma vez que o excessivo poder dos governos locais sobre o Governo Federal poderá levar à fragilização dos primeiros, como também o excessivo poder do Governo Federal sobre os governos locais poderá concorrer para a constituição de um governo imperial. Daí, concluirmos que deverá existir uma dosagem entre

O DE WILLIAN RIKER

os graus extremos de máximo e mínimo de tomada de decisões independentes.

Logo, a barganha constitucional fundamenta-se no instrumento explicativo da necessidade de todos os governos de grandes territórios (exceto a China) possuírem Constituição Federal, pelo menos no nome, como suporte institucional para garantir que os governos envolvidos no pacto, não corram o risco de desrespeitarem-na.

As circunstâncias em que se assentam a barganha federal necessária para a criação do federalismo (condições que estão presentes em todos os federalismos que sobreviveram) são as seguintes:

1) expansão territorial: os governos constituintes desejam expandir o controle de seus territórios, porém, devido a incapacidade militar e ideológica de dominação, eles são obrigados a oferecer concessões, sendo assim, os governos executam o desejo de expansão territorial sem o uso da força; e,

2) militar: os participantes da barganha se dispõem a realizá-la devido o perigo militar-diplomático externo.

Consequentemente, Willian Riker afirma que a análise da barganha federal levou à falácia ideológica de que a forma federal de governo necessariamente garantirá a liberdade. Para o autor o federalismo envolve apenas a garantia da autonomia dos governos membros, contrariamente a alguns trabalhos de outros autores que confundem esta garantia com a noção de uma sociedade livre.

Para Willian Riker o federalismo surgiu com o objetivo genuíno de garantir a expansão territorial e militar, isto é, o federalismo surgiu como uma barganha de poder e não de liberdade. Portanto, na realidade, o federalismo se constitui na representação do espaço em que o mesmo se encontra (sociedade), seja esse espaço livre ou uma ditadura. Logo, asseveramos que é falsa a idéia de que o federalismo preserva a liberdade. No fundamental, o federalismo corresponde a uma forma de resolver os problemas de expansão do território, levando em consideração certas condições sociais, criando algum senso de interesse comum.

Neste sentido, faz-se mister analisar o motivo pelo qual Willian Riker considera a Convenção de Filadélfia, de 1787, o marco histórico na estrutura das federações contemporâneas.

O velho ou *Peripheralized Federalism* surgiu inicialmente na Antiga Grécia após a guerra Peloponesa, com a proposição exclusivamente militar. Esta forma de federalismo era fechada para a realização de alianças e o poder

se concentrava nos governos locais, transformando-os, praticamente, em uma confederação.

Este tipo de formação federal, também promovia guerras militares com a finalidade de agregar terras ao seu território, todavia, após a disputa, alguns governos eram totalmente destruídos, enquanto outros centralizavam-se completamente. Situação que demonstrou, claramente, que alguns governos locais rejeitaram a forma federal por achá-la ineficiente em comparação com a forma imperial ou nacional.

O Congresso Continental de 1774, assentado em comitês não-governamentais apossou-se da autoridade britânica, fazendo com que nos Estados Unidos da América o novo Governo Nacional de 1776 se constituísse em uma federação, apesar de ser ainda um *peripheralized federalism*.

Em 1781, o congresso americano formalizou a constituição que limitou o poder do Governo Central a apenas questões militar e externa, correios e disputa territorial entre os estados, reservando aos governos locais maiores poderes. Condição que retrata a origem local dos delegados ao congresso, uma vez que os mesmos precisam ser nomeados anualmente pela legislatura local.

A paz reinou nos Estados Unidos da América até 1783, quando os nacionalistas se envidaram em um movimento visando a Reforma Constitucional. O movimento nacionalista era composto de militantes que temiam o recomeço da guerra com a Grã-Bretanha ou uma confrontação com a Espanha, pelos que se posicionavam contrários a ineficiente política fiscal dos governos estaduais e pelos que desejavam a expansão comercial, por meio de modificações nas tarifas nacionais (através dos impostos), modificação na regulação do comércio (por meio da Convenção de Anápolis) e pelo fortalecimento do Governo Central (através da Convenção de Filadélfia).

Os Virginianos, em 1787, foram os agentes políticos principais para a discussão da Convenção da Filadélfia. James Madison, escreveu alguns elementos para o plano de reforma e, o principal delegado de Virgínia, o Governador Edmund Randolph concedeu um plano que se tornou a base de discussão para a Convenção e para a elaboração da Constituição.

O resultado do amplo debate ocorrido na Convenção foi o reconhecimento da forma fundamental do Plano de Virgínia, o qual encontra-se alicerçado nos seguintes pontos:

1) um governo com três poderes, os

quais são o legislativo, o executivo e o judiciário, cada um com certa independência e dotado de autoridade nacional;

2) duas casas legislativas as quais estão sujeitas à condição de veto pelo executivo; e,

3) um poder judiciário com jurisdição sobre uma grande quantidade de questões.

A significância essencial do processo de Reforma Constitucional, se embaça na mudança do método de escolha do poder executivo e do poder judiciário e, na eliminação do veto nacional à legislação estadual. O Plano de Virgínia produziu, portanto, um Governo Nacional com autoridade superior à autoridade dos governos estaduais.

Consequentemente, as reformas constantes na Convenção de Filadélfia, de 1787, se constituem em um marco histórico na estruturação das federações contemporâneas, devido as mesmas consistirem na matriz do moderno federalismo centralizado, em um federalismo que apresenta uma perfeita conexão entre sociedade e governo, na qual os grupos participativos locais preferem governos locais para defenderem seus interesses e em um federalismo onde existem vários centros de delegação autônomo, nos quais os indivíduos tem dupla cidadania, uma relacionada ao governo central e outra relacionada ao governo local.

Conforme Willian Riker, o sistema partidário é extremamente importante para o processo de barganha, devido o mesmo refletir uma certa flexibilidade entre os dois extremos: a descentralização e a centralização. Na realidade, para o autor, o sistema partidário exerce uma papel de interlocutor dos anseios das regiões para a nação e vice-versa.

No fundamental para Willian Riker as reformas se constituem em um federalismo que possui uma natureza de barganha pragmática, cujo produto, pacto federativo, apresenta condições de assumir diferentes formas legais e institucionais, de acordo com o tipo de negociação vigente em cada momento histórico e em cada lugar, o que não significa em identificar o federalismo como efêmero.

Tendo em vista o conceito de federação de Willian Riker se consubstanciar em uma barganha constitucional entre governos, com o objetivo explícito de expandir seus territórios, inferimos que a mesma é operacionalizada por meio de concessões ou através da conquista militar. Sendo assim a barganha consiste

no centro de gravidade do pacto federal.

Os governos participantes da barganha, ou seja, as unidades constituintes da negociação devem ser equipotentes, individual ou coletivamente (regiões). Nesta perspectiva devem constituir-se ao mesmo tempo em unidades desiguais, porém não muitos diferentes, mas com capacidade de defender as diversas motivações que as levaram a barganha. Motivações essas que podem ser resumidas na pretensão de ampliação do mercado interno e na defesa dos interesses das elites nacional e/ou regionais.

A análise das idéias de Willian Riker nos leva a concluir que o mesmo se centra na circularidade do conceito de federalismo, haja vista que na medida em que o referido autor expõe federalismo como apenas um pacto de expansão territorial, entra em um círculo vicioso, no sentido de que a expansão territorial implica em crescimento de mercado, gerando mais impostos, mais burocracia, provocando, também, a ampliação militar o que por sua vez conduz novamente ao desejo de ampliação territorial, consequentemente, a um beco sem saída.

Portanto, a expansão territorial e militar, ambos em estreita conexão, são condições necessárias, porém não suficientes para a determinação do federalismo, uma vez que, na proporção em que se considera as duas condições como necessária e suficiente está se sombreando a pactuação política. Sobretudo quando acreditamos que federalismo tem correlação política e social, então a expansão territorial e militar como condições necessárias e suficientes obscurece a idéia de dominação política e social. Inclusive, porque a pactuação política visando a ampliação externa do governo, significa que já existe uma dominação prévia interna, como também, devido alguns elementos do pacto federativo não se encontrar explícito na Constituição Federal.

Nesse sentido afirmamos peremptoriamente que a extensão territorial não se constitui em condição necessária para se obter um sistema federal, uma vez que um país como a Suíça que possui pequena área territorial e outros países que possuem grandes áreas continentais, ambos são federações. Portanto, o federalismo não é um pacto político entre cidadãos, mas entre governos, independentemente da extensão territorial.

Entendemos, também, que quando Willian Riker conceitua federalismo como agregação de territórios, o mesmo confunde território com espaço. Na definição de federalismo do autor, os conceitos de território e espaço se igualam, entretanto, território e espaço possuem conceitos diferentes, como podemos observar, através de Poulantzas no qual o espaço é resultante das relações sociais de produção e consiste em um espaço organizado política e socialmente. Conforme este enfoque, podemos inferir que Willian

Riker utiliza a metáfora da expansão territorial, onde o pacto territorial obscurece um pacto de governo político, isto é, um pacto de dominação política.

A terceira crítica funda-se na assertiva que Willian Riker desconsidera as classes sociais, considerando apenas os territórios em um processo de pactuação política. Assim, esclarecemos que o federalismo não elimina as diferenças de classes. Ao contrário. As faz presentes nos territórios.

Por fim a última crítica se fundamenta na falácia ideológica colocada por Willian Riker, na qual afirma que o federalismo consiste em garantir a expansão militar e territorial, ou seja, se constitui em barganha de poder e não de liberdade. Conceituamos ideologia de acordo com o Dicionário do Aurélio (1986, p. 913), como um "Conjunto de idéias próprias de um grupo, de uma época e que traduzam uma situação histórica", sem contudo, desconhecer o rico debate que existiu e continua existindo em torno do conceito de ideologia. Portanto, analisamos que no conceito de ideologia existem valores diferenciados e que, por conseguinte, refletem interesses e beneficiários distintos. Logo, para o autor a barganha do pacto federativo tem predisposição ideológica.

A explicação histórico-política do federalismo adquire grande projeção, devido o mesmo consistir na expansão de governo político e territorial passível de vários conteúdos: social, ideológico e cultural, ou seja, se constitui em uma forma de organização territorial de poder dos Estados Nacionais, capaz de preservar a diversidade e a singularidade histórica no âmbito de uma união estatal maior.

Particularmente, nesse momento, no Brasil em que a aliança que levou a vitória as forças de esquerda, terá que realizar um Pacto Nacional que necessariamente envolverá tarefas estratégicas com o objetivo de montar e construir um governo de reconstrução nacional, que tenha a capacidade de abrir caminhos para profundas transformações sócio-econômica, política, cultural, etc ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, A. B. de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1986.

RIKER, W. H. Duch and American Federalism. In: *The Development of American Federalism*. Kluwer Academia Publishers.

RIKER, W. H. The Origin of Federal Government. In: *The Development of American Federalism*. Kluwer Academia Publishers.

RIKER, W. H. The Invention of Centralized Federalism. In: *The Development of American Federalism*. Kluwer Academia Publishers.

*Maria do Socorro Lira Monteiro é professora do DECON/UFPI, Mestre em Economia Rural/UFPB-Campina Grande e Doutora em Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente/UNICAMP

O ATUAL GOVE

Samuel Costa Filho*

Os críticos do governo petista estão acusando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de estar dando continuidade à política econômica da ortodoxia financeira aplicada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. A nomeação de um tucano, Henrique Meireles, para presidência do Banco Central, aumento do superávit fiscal primário para além do combinado anteriormente com o FMI e as seguidas subidas da taxa de juros (a última com a elevação da taxa básica de juros de 25.5% para 26.5% e o aumento do depósito compulsório dos bancos de 45% para 60%) objetivando o controle da inflação, seria a mesma política usada nos últimos anos de governo FHC.

Nesse contexto, pretendemos fazer algumas observações com relação às críticas que estão surgindo de todos os lados. Gostaríamos de lembrar que estamos diante de um modelo econômico implantado exatamente há dez anos. Devemos atentar para a impossibilidade de em poucos meses esperar que um governo desmonte um modelo implantado durante os últimos dez anos. Precisamos ter cuidado (Chauí, 2003).

Conforme o texto que apresentamos no último número do Informe Econômico, semelhante ao modelo argentino, a política econômica escolhida pelo governo de FHC foi liberal, guiada pela integração passiva e submissa à economia globalizada apoiada na abertura comercial. O grande capital internacional e os mercados financeiros globalizados ditaram as regras que nosso país se submeteu, elevando a nossa grande vulnerabilidade e dependência de capitais externos. Esse modelo colocou o Brasil numa dependência internacional jamais vista na história do país.

O primeiro efeito desse aumento do grau de vulnerabilidade externa brasileira deveu-se ao crescimento mais que proporcional no ritmo de crescimento e na dependência de produtos importados pelo país, impactando desfavoravelmente a balança comercial e consequentemente desestabilizando o balanço de transações correntes do Brasil.

Outro impacto negativo da opção seguida decorreu do agravamento do estrutural déficit na balança de serviço, ou seja, nas contas de turismo, fretes, seguros, lucros, dividendos e juros. Elevamos o déficit na conta de transações correntes e pressionamos cada vez mais a conta de Capital (investimento direto, reinvestimento, empréstimo, financiamento/amortiza-

RNO É DO PT OU CONTINUA TUCANO?

tizações, outros capitais). Como não possuísimos moeda forte ao nível de comércio internacional, necessitamos criar e atrair um elevado superávit na conta de capital.

A nível interno implementamos uma política de elevação na taxa de juros que trouxe e traz conseqüências negativas para a dívida interna. Apresentando comportamento semelhante ao da balança comercial, o setor público tornou-se estruturalmente deficitário. Embora as contas primárias apresentem resultados superavitários nos últimos anos, a perda de controle sobre a dívida decorreu dessa componente financeira (juros) e da venda de títulos públicos objetivando enxugar a liquidez (retirar moeda da economia) provocada pelo alto ingresso de recursos externos. Criamos os déficits gêmeos (déficits interno e externo) difíceis de serem resolvidos.

Analisando o desempenho do PIB brasileiro nos anos 90 constatamos que o nosso país configurou um quadro de semi-estagnação econômica com um crescimento médio anual inferior ao da chamada "Década Perdida". A política econômica implementada entre os anos de 1990 e 1992 resultou num período de forte instabilidade, seguiu-se um período de curta recuperação entre 1993/1995 (incentivada pelo aumento do consumo interno promovido pelo Plano Real) e estagnação econômica entre 1996/1999 (Cappa, 2002). Só não chegamos a atual situação existente na Argentina devido à modificação na política cambial e aos recursos emprestados pelo FMI.

Pelo exposto, a integração passiva e subserviente do Brasil ao processo de globalização levou a redução do controle e da dinâmica da nossa economia. Como na Argentina, fomos conduzidos e levados a depender dos humores do capital globalizado, do FMI, G 7 (em especial dos EUA), que recebem a pomposa denominação de "Deus Mercado".

O Brasil, ao implementar um modelo que tinha no seu núcleo básico a âncora cambial sobrevalorizada e a abertura comercial deveria saber dos riscos que estava correndo. Constantemente a propaganda oficial e a equipe econômica, com grande colaboração da mídia, passaram a impressão para o grande público que a política econômica adotada não tinha levado a crises econômicas. Éramos apenas vítimas de situação de crise externa, ou seja, vítimas da

crise momentânea dos mercados globalizados.

Desde antes de assumir a Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva vem se deparando com uma subida dos índices inflacionários em decorrência das desvalorizações cambiais, dos preços de Commodity, e com o aumento dos preços administrados. Não evitar essa subida, significa pôr a perder todo o programa de controle inflacionário realizado desde a implementação do Plano Real até agora. As medidas implementadas irão, certamente, reduzir o ritmo de crescimento da economia brasileira. No entanto, convém frisar que, sem elas, haveria crescimento mais elevado neste ano, mas em 2004 a situação seria desastrosa para a economia brasileira e a conta seria cobrada em dose dupla. Como afirmou o atual presidente da FIESP em entrevista logo após a posse do presidente Lula, é melhor perder um ano agora e ganhar os três seguintes.

Olhando para os "fundamentais" herdados do governo FHC podemos entender a crítica situação criada e herdada do governo passado:

- a) uma taxa de inflação em ascensão e já na casa dos dois dígitos;
- b) uma taxa de juros real somente praticada por ajiotas;
- c) uma política fiscal de superávit primário, mas com déficit operacional e nominal bastante elevados, e com um sistema tributário deplorável e injusto;
- d) uma dívida pública interna fortemente indexada ao câmbio e ao juro em níveis cada vez mais elevados;
- e) uma taxa de câmbio sobvalorizada;
- f) uma balança de conta corrente que não apresenta sustentabilidade a curto, médio e longo prazo.

Desse modo, é bom lembrar aos críticos que a atual sinuca a que foi posta a economia brasileira, com a política de juros, é obra do governo anterior. Foi gestada pelo modelo e equipe econômica do governo FHC. O que está ocorrendo é que o país está pagando pelos erros do governo passado. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pode dizer isso com todas as letras porque tal declaração provocaria uma deterioração muito rápida das expectativas do mercado em relação ao país.

Como bem compreendeu Delfim Neto (2003) "Nós temos de entender que o país está numa jaula, cercado de ferros por todos os lados. E a porta abre pelo lado de fora. Ou abre a porta, ou nós morremos sufocados".

Segundo o citado economista, a chave dessa jaula é o restabelecimento do fluxo de capitais, a recuperação da confiança externa, fatores que criam condições para a volta do crescimento sustentado. O importante é ressaltar que a atual alternativa de política econômica de juros elevados é uma alternativa de curto prazo.

Um aspecto de suma importância implementado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva é o Programa Fome Zero de combate à fome e a miséria, lançado no início de sua gestão. A proposta não é inédita, pois os tucanos distribuíram alimentos, bolsa renda e implementaram programas sociais focalizando os mais pobres utilizando cartões magnéticos que visavam reduzir as fraudes e o clientelismo.

O Brasil possui 54 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza segundo dados do IBGE. Esse número representa 31,8% dos cerca de 170 milhões de brasileiros. Desses 54 milhões, 49 milhões têm renda inferior a meio salário mínimo por mês (R\$ 100,00), e os 5 milhões restantes são pessoas que sobrevivem sem nenhum tipo de renda. Essa é uma situação inconcebível para uma sociedade como a brasileira.

Assim, o Programa Fome Zero representa uma atitude progressista e relevante na política de curto prazo do novo governo. Por ser uma política assistencialista de curto prazo, posteriormente se faz necessárias reformas estruturais (reforma agrária, tributária, geração de emprego e renda) que viabilizem a inclusão desses excluídos na força produtiva, estendendo os direitos de cidadão a toda essa população de excluídos, eliminando dessa maneira essa chaga que mancha a nossa sociedade.

O aspecto fundamental que precisamos analisar em relação à política do PT diz respeito ao desmonte do modelo liberal de inserção subordinada dos anos 90 e as propostas de reformas estruturais objetivando o desenvolvimento da economia brasileira no longo prazo. E aqui é que as propostas iniciais do PT destoam fortemente da luta histórica que o partido realizou ao longo da sua existência. Suas propostas de reformas previdenciária, tributária e trabalhista caminham na mesma linha dos Tucanos na visão do "Custo Brasil".

No que diz respeito à questão da Previdência o PT vem apresentando um

discurso semelhante ao do Governo FHC. O ministro Ricardo Berzoini reiterou a existência de um meça-déficit, principalmente causado por supostos privilégios concedidos à categoria dos servidores públicos. Ao longo das últimas semanas, a sociedade brasileira tem sido desinformada com reportagens a respeito do sistema previdenciário visando reformas na previdência e regulamentação de um novo regime, principalmente para o funcionalismo público.

O atual sistema, por meio de contribuições previdenciárias, criou um pacto intergeracional forçado em que os jovens de hoje esperam que os jovens de amanhã os sustentem forçadamente na velhice. A eliminação de benefícios pactuados com as gerações de trabalhadores que entraram no sistema em períodos passados tem sido a proposta do governo Lula, ou seja, a mesma proposta do governo tucano.

O conjunto de recursos que deveria ser utilizado em média somente 25 ou 30 anos, quando as pessoas encerrassem sua vida ativa e ingressarem na aposentadoria, passando a receber os benefícios a que têm direito nunca foi capitalizado e acumulado visando tal objetivo, e sim utilizado na Seguridade Social (saúde pública e assistência social) ou em outros gastos e políticas dos governos passados. Será que os idealizadores e gestores do sistema pensavam em manter os trabalhadores já aposentados somente com recursos de sua receita corrente? , ou seja, contando apenas com a arrecadação da folha de trabalhadores da ativa?

Porém uma questão que convém salientar é que tem sido a Seguridade Social que opera com meça-déficit. A Previdência Social e Seguridade Social são coisas bastante diferentes. O sistema de Seguridade Social é composto por três componentes:

- a) a saúde pública (amparo aos doentes);
- b) a assistência social (amparo a portadores de deficiência e pessoas em situações de risco social); e
- c) a Previdência Social (amparo aos trabalhadores que ultrapassaram o período de vida laborativa).

Conforme Benjamin (2003), nesse problema está havendo precipitação e confusão. Ao usar as despesas da Seguridade, como um todo, para discutir a reforma da Previdência, o Governo do PT está utilizando um artifício lamentável que reduz a questão da reforma a uma natureza fiscal e a Previdência passa a ser submetida às diretrizes gerais de arrocho comandadas pelo FMI. Com essa atitude, o governo petista está seguindo uma linha tão criticada e combatida por esse mesmo partido ao longo de sua história.

Ainda segundo César Benjamim, ao usar as taxas de crescimento do número de beneficiários da Previdência nas décadas passadas para, com base nelas, fazer projeções para o futuro, os dados do governo deixa de levar em conta o ingresso maciço de novos contingentes de beneficiários no sistema, em virtude da política de universalizações seguidas nos últimos anos pelo governo brasileiro. Em decorrência dessa política, grupos inteiros de trabalhadores rurais, empregadas domésticas, portadores de deficiência, autônomos e pessoas com mais de 65 anos foram incorporados aos benefícios, alguns sem nunca terem contribuído para o mesmo, num padrão que não se repetirá no futuro. No Brasil, no futuro não haverá mais grupos novos a serem coletivamente incorporados.

“A exclusão, marginalização ou pobreza extrema de uma parte dos trabalhadores não podem ser desvinculadas da exploração e da dinâmica da acumulação capitalista no Brasil. Historicamente nossa economia tem privatizado os ganhos do crescimento econômico e socializado as perdas das crises da economia com a classe trabalhadora e o Estado. A sociedade sempre foi induzida a assumir o ônus das perdas. Quando chegará a hora dos que sempre foram beneficiados arcar com a conta do ajuste?”

As diferenças de remunerações dos beneficiários que o Sistema de Previdência revelam não destoam do processo injusto de distribuição de renda e riqueza que no Brasil tem, historicamente, privilegiado uma pequena minoria. Todavia, o governo petista acena com um discurso que defende a “previdência dos pobres”. O que se faz necessário é voltar a crescer, gerar emprego, combater fraudes e sonegação estimada em até 50% do que tem a receber a Previdência. Os problemas da Previdência não decorrem das questões demográficas, nem do tipo de benefícios concedidos a determinadas categorias, decorrem, isto sim, das questões econômicas que combinam desemprego, informalidade, baixo crescimento, sonegação e corrupção.

Para preservar o Plano Real em seus oito anos de governo o presidente Fernando Henrique Cardoso gastou bilhões de reais com o pagamento de juros da dívida do setor público decorrentes da sua inseqüente política econômica e elevou a dívida pública, hoje colocada como elemento a ser reduzido com a reforma previdenciária.

Seguindo a mesma linha de nivelamento por baixo, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, recentemente, criticou os sindicatos por estarem preocupados com os seus interesses corporativos e não com os excluídos, utilizando uma tese exposta por Cristóvão Buarque de defesa da população de “excluídos”. Aqui também o enfoque é enganoso e tenta nivelar e resolver o problema por baixo. Numa sociedade como a brasileira que nunca possibilitou aos trabalhadores usufruírem condições elevadas como as dos trabalhadores do “Welfare State”, não é progressista querer melhorar a situação dos “excluídos” a expensas dos trabalhadores “incluídos”.

O PT, com certeza, entende que a contradição principal da sociedade brasileira não é a que diferencia “trabalhadores incluídos” de “trabalhadores excluídos”, mas a que opõe o capital, sobretudo o grande capital, ao trabalho. A exclusão, marginalização ou pobreza extrema de uma parte dos trabalhadores não podem ser desvinculadas da exploração e da dinâmica da acumulação capitalista no Brasil (Pereira, 2003). Historicamente nossa economia tem privatizado os ganhos do crescimento econômico e socializado as perdas das crises da economia com a classe trabalhadora e o Estado. A sociedade sempre foi induzida a assumir o ônus das perdas. Quando chegará a hora dos que sempre foram beneficiados arcar com a conta do ajuste? Quando poderemos implementar um novo modelo de sociedade?

As mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas que o PT tem divulgado também não acenam para outra coisa a não ser a redução do “custo” do trabalhador brasileiro visando garantir uma elevação nas exportações para obter superávits comerciais significativos. O debate sobre o peso dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos, de tão repetido, acabou aparecendo como incontestável. Essa tese afirma que os encargos superam a casa dos 100% da remuneração do trabalho, configurando um cenário em que o trabalhador ganha pouco e custa muito caro para a iniciativa privada.

Apesar de totalmente superada pelos fatos, ainda persiste entre economistas brasileiros a crença marginalista de que a rigidez da legislação trabalhista ou os altos salários são responsáveis pelo desemprego. Depois da “Teoria Geral”, qualquer economista deveria saber que o nível de emprego, afinal, não depende do nível de salário. Ocorre que hoje o neoliberalismo funciona como ideologia modernizante desmantelando os mecanismos de proteção sindical e desautorizando a intervenção do Estado no campo trabalhista e social. Com o neoliberalismo, novamente o Estado e/ou os sindicatos passaram a

ser os culpados pela crise de desemprego.

Esquecem que a revolução tecnológica está cada vez mais aumentando a capacidade produtiva e tornando desnecessário o trabalho humano nas fábricas, conforme tempos atrás já afirmava Marx. A tecnologia está destruindo empregos. Quanto mais se investe, mais empregos são eliminados, para um número cada vez menor de novos empregos criados. Essa revolução tecnológica também chegou ao Brasil, apesar dos baixos salários praticados no país inibirem a automação. Porém, um grau de robotização se fez necessário para elevar a qualidade e uniformidade dos produtos brasileiros. Essa política de modernização industrial é irreversível. Pelo exposto, o investimento na indústria brasileira hoje é responsável pelo muito desemprego e pouco emprego (Kucinki, 2000).

Simultaneamente a essa modernização tecnológica foram se instituindo novas relações de trabalho, como a terceirização, a flexibilização da jornada de trabalho, o emprego compartilhado, ou feito em casa, que no seu conjunto tornam o trabalhador mais livre e o emprego mais precário, recriando formas de extração de excedente na linha da mais-valia absoluta. Nesse contexto, as medidas de emprego e desemprego tornaram-se menos confiáveis e os próprios conceitos de emprego e desemprego menos claros (Kucinki, 2000).

O PT, indiscutivelmente, conhece os trabalhos do DIEESE e CESIT/UNICAMP assinalando que o peso dos encargos sobre a folha limita-se a 25% da remuneração do trabalhador, com uma margem para uma eventual redução de encargos sociais bem menores do que se apreçoa. As reformas nessa área irão mexer muito mais nas fontes de financiamento de programas sociais. A política de redução na jornada de trabalho pelo reconhecimento e distribuição "ex-post" dos recentes e intensos ganhos de produtividade alcançados pelo capitalismo (Mattoso, 1998), além de avanços outros nos direitos trabalhistas não aparecem como meta nas reformas do governo petista.

A reforma tributária representa outro ponto não progressista na atuação do governo petista. As propostas na mesa do congresso e que o governo fala em aproveitar, não penalizam os que ganham mais, nem reduzem a carga de impostos indiretos que recaem sobre a produção. Trata-se apenas de paliativo sem mudanças profundas na estrutura do sistema tributário brasileiro. Já se fala até em permanência da CPMF como forma de manter a atual receita do governo federal. Tributos como o Imposto Territorial Rural, que materializam uma política de reforma agrária, sobre heranças, grandes fortunas, sobre o consumo de bens supérfluos e de luxo,

não se tem dado grande ênfase.

Um outro ponto não progressista é a proposta de autonomia ou independência do Banco Central do Brasil. Segundo discurso dos ortodoxos liberais monetaristas, o Banco Central brasileiro deve dispor de um grau maior de autonomia para poder zelar pela estabilidade da moeda e dos preços. Para isso, o BC precisa controlar, com firmeza, o ritmo de expansão monetária. (Gonçalves & Senna, 1999).

Porém, o Banco Central já tem "autonomia" elevada. É um poder de fato independente, legisla, interpreta a legislação, aplica-a e faz sua auto-avaliação:

a) seus diretores podem gastar montantes astronômicos de dinheiro público, com base apenas em considerações feitas por eles mesmos;

b) as regras sobre quanto podem aplicar nesses casos e quanto se justifica fazê-lo são elaboradas pelo próprio Banco Central, seus diretores deixam-nas de lado quando julgam necessários;

c) casos se conduzam de forma inábil ou irresponsável, os diretores do BC não estão obrigados a prestar contas a nenhum outro poder da república (prestam apenas "esclarecimentos" ao Congresso), e não há previsão legal de sanções para seus atos. O que é preciso e se faz necessário é regulamentar os poderes e competência do Banco Central. (Eduardo Carvalho, 1999).

"Tributos como o Imposto Territorial Rural, que materializam uma política de reforma agrária, sobre heranças, grandes fortunas, sobre o consumo de bens supérfluos e de luxo, não se tem dado grande ênfase."

Não somente o PT, mas a sociedade em geral, é conhecedora que o Banco Central do Brasil ferrou prejuízos de bilhões de reais em operações nos mercados de câmbio e no socorro a pequenos e insignificantes bancos, no período de maior autonomia desta instituição, ou seja, no governo de FHC. Os bilhões perdidos e ganhos por algumas grandes instituições aumentaram o déficit público, problema hoje invocado também pelo governo do PT para reformar a previdência dos funcionários públicos.

Em linhas gerais, a política do governo petista é semelhantes às de todos os governos anteriores; quanto mais procura mudar a situação, mais as coisas continuam a ser as mesmas. Não representa em longo prazo uma saída gradual do atual modelo de política econômica liberal que tanto mal fez e faz a sociedade brasileira dos trabalhadores "excluídos" e "incluídos", em benefício do capital financeiro especulativo e do capital nacional associado ao capital externo.

A justificativa talvez apareça na afirmação de que somente essa conduta é a que tornará possível uma alternativa para criar o novo, abandonado o modelo ultraliberal de FHC. Conforme afirmou Chauí (2003): "Vai ser complicado que as mudanças na Previdência, no sistema tributário e na CLT podem ser feitas de um ponto de vista progressista ou de um ângulo regressivo, do ponto de vista básico do trabalho ou do ângulo do capital. Podem, portanto, corrigir injustiças e ampliar direitos do conjuntos dos trabalhadores, ou podem criar novos privilégios e concentrar ainda mais capital, renda e poder (Pereira, 2003).

Após se reunir com os Governadores na busca de pontos em comum para a reforma tributária, o PT acena em manter a CPMF e se recusa corrigir adequadamente a tabela do imposto de renda. Por outro lado, em uma de suas declarações, o ministro do Trabalho classificou o 13º salário e as férias como "penduricalhos" da CLT que podem ser negociados. Além do mais, o governo do PT, a exemplo do Governo de Fernando Henrique utilizou-se de artifício deplorável ao usar as despesas da Seguridade Social para discutir a reforma da Previdência, induzindo e conduzindo, novamente, a sociedade brasileira a ficar contra os servidores públicos. Por fim, ao negociar sobre um possível aumento aos servidores do setor público, o governo do PT que anteriormente afirmava não ter existido tal aumento, fala atualmente que os servidores obtiveram significativos reajustes nos fatídicos anos de FHC. De acordo com o apresentado, chegamos a conclusão de que, "até agora", o governo de Luis Inácio Lula da Silva parece mais estar se organizando para concluir a agenda liberal que Fernando Henrique Cardoso não quis ou não conseguiu concluir.

O governo do PT, até esse momento, não é tucano. Também, não é o do verdadeiro PT. Não é mais vermelho, e nem seque cor de rosa. Tem a cor do momento e da situação que o capitalismo e as elites tupiniquins desejam e vem aplaudindo. Muda para ficarmos na mesma situação. Não é sem razão o índice favorável de aceitação a esse governo revelado pelo "mercado" ●

* Samuel Costa Filho é professor adjunto do DECON/UFPI, Mestre em Economia CAEN/UFCE, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP

TRABALHO ESCRAVO NAS CHARQUEADAS DO PIAUÍ: uma aproximação

Solimar Oliveira Lima*

Os bois chegavam cedo. Na escuridão da madrugada eram guiados por homens e tochas para a cancha de matança. Pancada na cabeça, facada na nuca. Aos urros caíam e ainda quase vivos eram esfolados. Mãos hábeis separavam a carne dos ossos. Cortes precisos retalhavam os pedaços. Amanhecia. Outros urros dos animais, outras carnes desossadas. Novos cortes e retalhos. Os dias passavam-se assim. Trabalho ininterrupto, sem descanso.

Eram as charqueadas ou oficinas de carne seca. Sua principal atividade era a produção de carne salgada. A matéria prima, o gado bovino. A finalidade comercial, a exportação. Charquear e exportar trouxe à Parnaíba, riqueza e opulência. Entretanto, a história das oficinas de carne seca é semi-conhecida.

Fontes disponíveis no Arquivo Público do Piauí apontam que as charqueadas de Parnaíba, a exemplo de outros pólos produtores de charque no país, concentravam um grande número de escravaria. Sobretudo, foram unidades produtivas que se assentavam na exploração intensiva do trabalho excedente. As extenuantes jornadas e a intensidade da produção faziam com que, nos quadros da economia colonial, o trabalhador escravizado se configurasse como única solução de mão-de-obra.

As referências historiográficas, entretanto são imprecisas ou carentes de respaldo científico. Odilon Nunes (1966), em *Pesquisas para a História do Piauí*, por exemplo, apresenta as charqueadas parnaibanas como uma atividade próspera e lucrativa. Todavia, em alguns pontos as afirmações mais confundem que esclarecem. O autor aponta o fazendeiro e negociante João Paulo Diniz como o pioneiro da técnica de charquear na região. Teria fundado, em 1770, oficinas a 80 léguas da foz do rio Parnaíba e exportado seu produto para Pará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Documentos sobre a fundação de Parnaíba indicam que antes de 1762 já existiam charqueadas no povoado onde mais tarde seria edificada a cidade. No ano atribuído, por Nunes, à fundação das oficinas de João Paulo, o Porto das Barcas já recebia, inclusive segundo o mesmo autor, de 16 a 17 navios em busca de couro e carne salgada.

Autores como Pereira da Costa (1974), em *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, e Porto (1974), *Roteiro do Piauí*, atribuem a Domingos Dias da Silva a primazia das oficinas em Parnaíba. Lusitano, teria chegado ao Piauí em 1758, procedente do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se à margem esquerda do rio Igarauçu, chegando a implantar seis unidades produtivas. Domingos Dias veio de uma região onde

charquear era prática largamente difundida desde os primórdios do século XVI. Mário Maestri (1984), renomado autor gaúcho, em *O escravo no Rio Grande do Sul*, salienta que existem referências a charqueadas no Rio Grande do Sul, antes mesmo de sua fundação oficial. Os primeiros estabelecimentos sulinos são caracterizados como extremamente rústicos, sem instalações especiais. A produtividade era pequena, assim como também eram insignificantes o consumo e a exportação. Porém, de 1780 em diante, processa-se uma verdadeira revolução no processo produtivo das oficinas gaúchas, com a introdução da técnica de charquear como ato industrial. Façanha atribuída ao negociante português José Pinto Martins que se tornou o primeiro grande produtor na região de Pelotas.

O lusitano José Martins, antes de tornar-se industrial de charque no sul, foi fabricante de carne seca no Nordeste. Suas oficinas localizavam-se na cidade de Aracati, Ceará. Este pólo charqueador fora até o final do século XVIII importante centro exportador para o mercado nacional e internacional. De acordo com Mário Maestri (1984), as secas de 1777, 1779 e 1792 foram responsáveis pela escassez de matéria prima e a conseqüente decadência da produção cearense. Foram as mesmas estiagens que levaram o lusitano a emigrar para Pelotas.

Embora não possa fazer afirmações peremptórias, é possível que Domingos Dias tenha feito em Parnaíba o mesmo que seu patrício em Pelotas. Tenha sido responsável pela introdução da técnica de charquear como ato industrial. As informações historiográficas sobre Parnaíba fornecem indícios para a constatação de que antes da chegada de Domingos Dias já havia oficinas operando na região. Se ele realmente chegou no Porto das Barcas em 1758, é pouco provável que em apenas quatro anos o Porto fosse capaz de produzir e exportar em escala significativa para o mercado internacional. Dadas as dificuldades e controle das relações comerciais coevas, a introdução deste escondido pólo produtor na rota nacional e internacional do comércio exigiria, de certo, um período maior de maturação.

Por outro lado, se o investidor português dirigiu-se para o Piauí na ânsia de produzir charque é porque, salvo engano, algumas referências deveria ter. Não só sobre a abundância de matéria prima, mas, sobretudo das prováveis experiências exitosas de produção. Neste particular, não por demais leviano afirmar que o sucesso da produção de charque no Estado vizinho tenha incentivado a produção parnaibana. É possível que Domingos Dias tenha sido realmente precedido por outros produtores, que

operavam em oficinas rústicas com pequena produtividade. A julgar-se pela prosperidade dos cofres de Domingos Dias parece claro que não se tratava de mais um proprietário de oficinas de carne seca. Das suas charqueadas brotaram grandes fazendas, casas comerciais e embarcações que, pelo mar, ligaram a recôndita Parnaíba à opulência nordestina e à Corte portuguesa.

O falecimento do patriarca Domingos Dias, em 1793, deixara saudades e muitos bens que permaneceram não divididos legalmente até 1833. Contudo, a posse da maioria do dote ficara com o filho mais velho, Coronel Simplicio Dias da Silva, convertendo a administração e rendimentos em uso próprio. O outro filho, Tenente Coronel Raimundo Dias da Silva, muito pouco desfrutou de seu legado. Simplicio Dias abriu na Vila diversas vendas e lojas. Sob sua administração, as fazendas multiplicaram-se. Intensificaram-se as transações comerciais com o resto do país e exterior. Entretanto, as charqueadas faliram. A plantação e beneficiamento de algodão em pequena escala, figurava como atividade produtiva principal, quando da partilha dos bens entre os herdeiros dos Coronéis Raimundo e Simplicio, falecidos em 1812 e 1829, respectivamente.

Miridan Knox (1973), em *O Piauí na primeira metade do século XIX*, atribui a falência das charqueadas parnaibanas ao distanciamento da cidade de outras regiões da Província, as comunicações precárias, as secas, as perdas dos mercados mineradores e mesmo a falta de apoio governamental. Além das causas econômicas, parecem pesar sobre a falência dos Dias da Silva o fausto em que viviam, sobretudo Simplicio Dias. O Coronel seria um homem refinado, amante das artes e excentricidades. Dentre muitas ações, se não for folclore historiográfico, teria presenteado a D. Pedro I com um cacho de bananas, em tamanho natural, feito em ouro e pedras preciosas e manteria entre seus trabalhadores escravizados uma banda de músicos qualificados para o ofício em Lisboa e Rio de Janeiro. A propósito, no testamento da família em 1833, figuram trabalhadores escravizados indicados como músicos.

Voltemos às charqueadas. Em 1770, quando da transferência da sede da Vila de Parnaíba do povoado Testa Branca para o Porto das Barcas, o então Governador Botelho de Castro ordenou a transferência das charqueadas para lugares mais distantes da povoação. O motivo da ordem de afastamento parecia persistir no início do século XIX. Havia uma preocupação dos vereadores não só em manter as oficinas distantes, como também bois, seus excrementos e carochos

de algodão. A sujeira e o mal cheiro eram constantes na Vila. As charqueadas além de fétidas, chegavam a ser macabras. Referindo-se às charqueadas Ester Gutierrez (1993, p. 230), autora sulina, assim descreve o espaço charqueador em Negros, charqueadas & Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense: "Os vapores emanados das águas e detritos parados dissipavam pelos ares os cheiros nauseabundos dos sangues putrefatos, dos excrementos apodrecidos, das víceras decompostas pelo forte calor do sol, nos dias de safra. E as nuvens de fumaças, que saíam das fornalhas, exalavam o cheiro das gorduras fervidas e dos ossos carbonizados".

Voltemos às charqueadas de Parnaíba. Sobre tudo, aos estabelecimentos dos Dias da Silva. Segundo a historiografia, das seis oficinas fundadas pelo patriarca Domingos Dias em 1758, restava a metade em 1813. As demais foram falindo aos poucos, em 1820, 1824 e 1827. De suas fazendas faziam seguir as reses para o fabrico de charque. Utilizavam preferencialmente os bois, as fêmeas eram mantidas para reprodução. A matéria prima era complementada por animais provenientes do Longá, Piracuruca e Valença. Também segundo a historiografia, o Porto das barcas abatia em 1762 cerca de 13 mil reses. Em 1781 a média anual foi de 40 mil. No ano de 1827, na última charqueada dos Dias da Silva a falir, abatia-se de 6 a 8 mil bois. É indiscutível que a quantidade de abates é significativa. A estes números deve-se agregar os das exportações de animais da região. Parnaíba seria responsável por um quarto da oferta piauiense; numa produção mínima estimada entre 140 a 160 mil reses.

A consequência era que carne verde ou fresca em Parnaíba era um produto escasso. As autoridades da Vila buscavam garantir o abastecimento, legislando sobre as vendas no açougue público. Era comum arrematar-se, por um determinado período, a exclusividade sobre o negócio. Contudo, devido a concorrência sofrida pela carne salgada, poucos se mostravam interessados na atividade. Quase sempre, para garantir produto aos contratantes do açougue, as autoridades através de "derrama" forçavam o fornecimento de gado. Assim, cada fazendeiro era obrigado, de acordo com sua produção, a entregar uma determinada quantidade de animais, em um determinado mês do ano. Além da quantidade a ser entregue era também estipulado o preço a ser cobrado pelos criadores. Eles tinham que entregar as reses na Vila ao arremate do açougue para que houvesse os talhos nas quartas e sábados, como era o costume. O consumo médio por mês, por exemplo, em 1799, foi de 80 animais, o que dá um total de 960 reses abatidas por ano. Não há dúvida que se trata de uma quantidade insignificante frente a produção das charqueadas. Considerando-se o ano de 1781, no qual são apontados 40 mil bois abatidos, o consumo de carne fresca em 1799 representa menos da metade do total abatido mensalmente nas charqueadas.

As oficinas de carne seca de Parnaíba salgavam, em 1781, cerca de 110 bois por dia.

Falta-me documentos para descrever o processo produtivo das charqueadas parnaibanas. Apelo, mais uma vez, para as informações sobre o Sul. O viajante francês Nicolau Dreys (1990, p.98-9), *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, relatou com bastante propriedade as charqueadas gaúchas no início do século XIX. Sobre as produções mais sistematizadas assim se referiu: "retalhado o boi, levam-se as mantas (assim se chamam as partes musculares) para o salgadeiro, e não há nada mais guarnecido de todos os lados, até mesmo o chão, de folhas de Butiá que escondem o hediondo da morte (...). Depois de salgada, a carne empilha-se ali mesmo para se lhe extrair a umidade, a qual corre com sal derretido e supérfluo num reservatório inferior onde se lançam subsequentemente as costelas, as línguas e as outras partes que se quer conservar na salmoira (...). Esgotada que seja, a carne é levada do salgadeiro para os varais, assim se denomina uma grande extensão de terreno plantado de espeques arruados, de 4 a 5 palmos de altura, atravessados por varas compridas em que se sustentam as mantas para secarem-se pela ação do sol e dos ventos; quando se receia alguma chuva repentina, o toque de uma campainha chama, pra os varais, todos os negros da charqueada, e cousa curiosa é ver como num instante a carne amontoada por porções nos mesmos varais se acha escondida debaixo de couros que não permitem o menor acesso às águas do céu. Estando a carne perfeitamente seca, é disposta em forma de grandes cubos ablongos assentados num chão artificial, levantado de três a quatro palmos, para dar passagem ao ar; nesse estado, cobrem-se ainda de couro para esperar o embarque."

Se informações sobre as charqueadas de Parnaíba parecem raras, quase inexistentes são os relatos sobre a presença de seus trabalhadores escravizados. As fontes indicam, entretanto, que o cativo e a labuta diária eram a base do diversificado complexo produtivo dos Dias da Silva que era constituído por criação, espaço fabril e transporte. A estes espaços, com atividades e ocupações específicas, agregavam-se olarias, alambique e "engenhos de moer sal" ou salinas. Um complexo produtivo sulino, segundo Ester Gutierrez (1993), possuía, em média, entre 30 e 150 cativos ocupados em tarefas ligadas a produção do charque e os serviços domésticos: carneador, servente, salgador, descarneador, graxeiro, sebeiro, charqueador, aprendiz, tripeiro, marinho, carpinteiro, cozinheiro, sapateiro, alfaiate, carreteiro, ferreiro, barbeiro, pedreiro, padeiro, pexeiro, lustrador, serrador, engomador, correeiro, campeiro, roceiro, oleiro, chimango, tanoeiro, boleiro, carroceiro, lavadeira, costureira e mucamas.

A historiografia, sem referência documental, aponta que os Dias da Silva, no apogeu produtivo do charque, chegaram a ter cerca de 1.800 cativos distribuídos pelas diversas atividades. É

"...oleiros, correeiros, tecelões, copeiros, marceneiros, ourives, pescadores, padeiros, ensacadores, tocadores, costureiras, rendeiras, lavadeiras, engomadeiras. Condenados ao trabalho, miseráveis trabalhadores permaneceram, ainda por um longo tempo, sustentando a parasita e decadente família."

certo, contudo, que o plantel era expressivo. Em 1833, em pleno processo de decadência econômica, ainda dispunham dos serviços de 426 trabalhadores. As evidências que dispomos, a partir do inventário da família, apontam com rigor que a maioria dos homens e mulheres haviam vivenciado os tempos do charque. O plantel era formado, predominantemente, pelos chamados "velhos" por possuírem 36 e mais anos. Do total de trabalhadores, 58% encontravam-se nesta faixa etária. Considerando somente os homens (353), 60% estavam com mais de 36 anos, sendo 50% com idade de 50 a 85 anos. As mulheres (73) apresentavam a mesma tendência, mais da metade, 52%, tinham de 50 a 70 anos.

O viajante Dreys afirma que "uma charqueada bem administrada é um estabelecimento penitenciário". O comentário referia-se à disciplina e rigor nas charqueadas de Pelotas. Sob o ritmo do trabalho imposto pelos feitores, os escravos labutavam nos dias mais quentes cerca de 12 horas, da meia-noite ao meio-dia. Nas charqueadas de Parnaíba, certamente o trabalho não era diferente. É crível que a exploração fosse mais intensificada, considerando que os dias do Nordeste são quase todos muito quentes. Passadas as extenuantes jornadas do charque, restaram a família Dias da Silva trabalhadores "velhos" e "muito velhos". Homens e mulheres "defeituosos", "doentes", "paralíticos", "cegos", "rendidos da virilha", trabalhadores "sem préstimos" e "sem valor". Mas a labuta não findara. Os cativos velhos e doentes continuaram partilhando duras jornadas como plantadores de algodão, carpinteiros, vareiros, cozinheiros, alfaiates, calafates, marinhos, ferreiros, vaqueiros, sapateiros, pedreiros, serradores, tanoeiros, barbeiros, oleiros, correeiros, tecelões, copeiros, marceneiros, ourives, pescadores, padeiros, ensacadores, tocadores, costureiras, rendeiras, lavadeiras, engomadeiras. Condenados ao trabalho, miseráveis trabalhadores permaneceram, ainda por um longo tempo, sustentando a parasita e decadente família ●

* Solimar Oliveira Lima é professor do DECON/UFPI, Doutor em História pela PUCRS, Pesquisador do IFARADÁ/Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendências

MEIO AMBIENTE: UMA VARIÁVEL ESTRATÉGICA?

Ernani Araújo Filho*

INTRODUÇÃO

Questões relacionadas com o meio ambiente vem crescendo de importância implicando profundas alterações no comércio internacional que se traduzem no desenvolvimento econômico das nações.

O avanço pôde ser sentido a partir do momento em que os consumidores dos países desenvolvidos passaram a pressionar os revendedores para não mais vender produtos que tivessem sido obtidos de forma agressiva ao meio ambiente. Os revendedores, por seu lado, repassavam aquelas pressões para as indústrias que começaram a reduzir substancialmente suas compras de matérias-primas de países que não apresentassem certificados onde fosse possível comprovar a não agressão ambiental.

Um exemplo do que acabamos de mencionar pode ser encontrado na política ambiental da B & Q, uma das maiores redes varejistas da Inglaterra, que faz aos seus fornecedores exigências de certificados onde seja possível comprovar que os produtos a serem por ela revendidos não tenham sido obtidos de forma danosa ao meio ambiente (Roxo, 1998). Outro exemplo é o da Xerox do Brasil que vem realizando investimentos com o propósito de obter o certificado ISO 14001¹, e assim ampliar o seu volume de vendas externas (Gazeta Mercantil, 1998).

Logo se vê, portanto, a estreita ligação existente entre política ambiental e comércio internacional. Dentro desse contexto, os governos são convocados para definir mecanismos perante os quais suas empresas irão atuar não só para conquistar novos mercados, mas também para confirmar uma maior participação em seus mercados domésticos.

O presente trabalho pretende investigar a relação existente entre comércio internacional e meio ambiente; para tanto, está dividido em quatro sessões - além desta introdução. Na seção 1, procuraremos explicitar o que se entende por política comercial estratégica; na seção 2, iremos mostrar que a variável ambiental pode se tornar um elemento adicional na concepção de políticas comerciais estratégicas; na seção 3, abordaremos um caso de ruptura ambiental em função de políticas comerciais adotadas; por fim, na sessão 4, serão feitas as conclusões.

1. POLÍTICA COMERCIAL ESTRATÉGICA

O ambiente estratégico implica o reconhecimento da existência de falhas de mercado e que estas são passíveis de correção em função da interferência governamental. Quando se inicia a discussão de políticas comerciais estratégicas, faz-se necessário o afastamento do instrumental teórico proposto pela formalização neoclássica das vantagens comparativas, ou seja, um ambiente onde prevalece a concorrência perfeita, rendimentos constantes de escala não é adequado para discutir o comportamento adotado por firmas e governos com a intenção de ampliar a participação daquelas no comércio mundial. O ambiente válido é o da concorrência imperfeita, onde a concorrência monopolista é o modelo mais utilizado na discussão de questões ligadas ao comércio mundial contemporâneo.

Imagine-se que um determinado país resolva privilegiar uma determinada indústria para que ela possa participar de forma lucrativa no comércio mundial. Dessa forma, é mais que razoável se admitir que políticas serão adotadas com vistas a promover tal indústria no cenário mundial. As políticas a serem adotadas se darão no sentido de se criarem barreiras à entrada e na utilização de subsídios.

Na literatura econômica sobre comportamento estratégico via uso de subsídios o exemplo mais constante é aquele formulado por Krugman (1990 e 1994), onde duas firmas estão em disputa pelos lucros gerados no mercado de aviões comerciais a jato. Neste exemplo, uma das firmas consegue auferir todo o lucro existente em tal mercado, forçando a retirada da sua concorrente. No entanto, o governo do país da firma perdedora resolve subsidiá-la e, dessa forma, transfere todo o lucro existente para ela. Entretanto, para que a política de subsídios se revele satisfatória ela deve, segundo Spencer (1990), obedecer a um conjunto de sete exigências: existência de barreiras à entrada; a indústria subsidiada deve estar submetida a alguma concorrência externa; a indústria submetida a uma política de subsídios deve ser tão ou mais concentrada que a sua rival externa; os preços dos fatores de produção não podem vir a ter um crescimento muito significativo e isso implica a inexistência de fatores de

produção chave, ou seja, fatores que sejam demandados tanto pela indústria subsidiada quanto por aquela não subsidiada; a indústria subsidiada já deve contar com alguma vantagem inicial com relação à sua rival externa; os gastos com os subsídios devem ser altos o suficiente para evitar que o governo da rival externa adote uma política semelhante; e, por fim, a indústria subsidiada deve transferir o mínimo possível de tecnologia.

No que se refere à criação de barreiras à entrada é necessário ressaltar que, ao longo de oito rodadas de negociações, o GATT - General Agreement on Tariffs and Trade - conseguiu executar o objetivo para o qual foi criado, ou seja, reduzir as barreiras tarifárias existentes no comércio mundial. No entanto, na medida em que o GATT avançava na redução de barreiras tarifárias as nações, principalmente as desenvolvidas, procediam à construção de novas barreiras com vistas a proteger suas indústrias de eventuais concorrentes externos. Dentre essas novas barreiras, agora com a característica de serem não tarifárias, encontram-se as cotas sobre importações; redução voluntária de exportações; regulações técnicas e administrativas; acordos de mercadorias internacionais que são: planos de restrições às exportações, estoques amortecedores e contratos multilaterais, dentre outros. (Kreinin, 1991)

Um caso clássico de comportamento estratégico utilizando barreiras à entrada foi aquele adotado pelo governo liberal de Ronald Reagan: objetivando defender a participação da indústria americana de automóveis em seu próprio território, a administração Reagan adotou, com relação ao Japão, medidas que reduziram as vendas de automóveis japoneses dentro dos EUA - no caso específico foram efetivadas as "reduções voluntárias de exportações". A partir da adoção desta medida, foi possível à indústria americana de automóveis ampliar o seu volume de vendas no mercado interno.

Pode-se afirmar que os governos têm todo o interesse de garantir para suas indústrias lucros que são gerados em mercados oligopolizados. E não só isso: os governos podem adotar estratégias que visem atrair para dentro de suas fronteiras de investimentos externos que de outra não viriam.

Dizer alguma coisa de útil sobre a localização da atividade econômica implica, segundo Krugman (1991), o

afastamento do modelo tradicional de concorrência perfeita, de retornos constantes de escala. Mais uma vez nos deparamos com a possibilidade do uso de modelos de concorrência imperfeita. Todavia, conforme pondera Krugman (op.cit.) nenhum dos modelos de concorrência imperfeita é totalmente convincente, mas eles tornam possível a discussão sobre comércio internacional, localização da produção de uma maneira mais coerente com a realidade mundial contemporânea.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE

O comércio mundial, embora com reduzidas barreiras tarifárias, depara-se com um volume cada vez maior de barreiras não tarifárias trazendo de volta toda uma discussão sobre a validade ou não de uma presença mais ativa do Estado como um dos atores na promoção do desenvolvimento econômico das nações. Contudo, esse mesmo Estado se encontra mais uma vez desafiado por um discurso que nega a validade de sua participação na tomada de decisões e na possibilidade de viabilizar estratégias que objetivem uma maior participação das empresas no comércio internacional.

Definir estratégias com vistas a promover uma maior participação das empresas no comércio mundial é hoje uma prioridade para todo país que vise a melhoria do padrão de vida dos seus habitantes. Assim, chega-se a um novo elemento capaz de viabilizar estratégias de comércio internacional e meio ambiente.

O "casamento" entre comércio internacional e meio ambiente é algo recente na literatura econômica. McKibbin e Wilcoxon (1995) citando Kalt (1985) observam que durante a década de 80, era prática comum os países adotarem uma legislação ambiental extremamente receptiva ao que a literatura especializada chama de "bens sujos", quer dizer, bens que durante o seu processo de produção liberam uma grande quantidade de dióxido de carbono (CO₂).

Países em desenvolvimento se viram tentados a planejar e a executar uma legislação ambiental receptiva a esse tipo de indústria: mais vale um desenvolvimento poluidor que nenhum. Em sendo assim, passou-se a questionar se a política ambiental teria forças para redirecionar o fluxo de alguns bens no comércio mundial. McKibbin e Wilcoxon (op.cit.) tentam responder a tal questionamento através do modelo G-Cuber. Este modelo divide a economia mundial em oito regiões distintas: EUA, Japão, Austrália, países da OCDE, China, países em desenvolvimento, Europa do leste e antiga URSS e países exportadores de petróleo. Por sua vez, cada uma das regiões acima mencionadas é composta por um setor envolvendo as famílias; um setor go-

vernamental; um setor produtor de bens de capital; um setor financeiro; e doze indústrias. No que se refere ao setor governamental, os autores reconhecem que os gastos realizados pelo governo estão relacionados com a compra de bens e serviços; pagamentos e transferências para as famílias; e pagamento de juros sobre dívidas realizadas. A receita do governo provém fundamentalmente da cobrança de impostos, mas os autores adicionam a possibilidade da existência de cobrança de taxas sobre externalidades da atividade produtiva, tais como taxas sobre a emissão de dióxido de carbono. A existência dessa taxa é que abre a possibilidade de os governos terem uma atuação de investimentos para as suas economias, com a possibilidade de redirecionar o fluxo do comércio mundial.

Sartzetakis e Constantatos (1995), a partir da verificação de que os padrões de regulação ambiental presentes nos diversos países são semelhantes² direcionam sua análise para os regimes ambientais adotados e chegam à conclusão de que o fato de os regimes ambientais serem distintos acarretam diferentes impactos sobre as empresas; sendo assim, ocasionam conseqüências diferenciadas para a participação destas no comércio internacional.

Sendo os regimes ambientais diferentes, o estudo de Sartzetakis e Constantatos faz avaliação de dois: o CAC e o TEP³. Neste estudo, a novidade está na preocupação ambiental em contexto de comércio internacional.

No modelo elaborado, considera-se a existência de dois países, N e S, que produzem um bem diferenciado e negociado no mercado internacional. Cada um dos países detém a exclusividade da produção de cada produto, que por sua vez tem a sua origem vinculada à produção de duas firmas que se comportam segundo o duopólio de Cournot, quer dizer, cada firma não tem nenhuma preocupação de estar provocando em sua rival alguma reação.

Tanto as firmas do país N como aquelas do país S estão sob um mesmo padrão ambiental. No entanto, cada um dos países adota um regime ambiental específico: as duas firmas do país N se encontram submetidas à regulação ambiental CAC; enquanto aquelas duas do país S estão sujeitas ao regime regulatório TEP. A regulação da atividade produtiva com vistas ao controle da emissão de poluentes, implica acréscimos de custos. Entretanto, em função do regime regulatório adotado, esses acréscimos serão diferenciados.

Uma das firmas do país N, submetida à regulação CAC, terá em conseqüência desta regulação sua participação diminuída no comércio internacional. Isto porque a incidência da regulação é uniforme, ou seja, independe dos custos resultantes sobre as firmas. Em sendo assim, aquela firma detentora de um maior custo de produção terá a sua participação reduzida no comércio

internacional, já que para compensar a elevação dos custos, tal firma reduzirá a sua produção beneficiando a sua rival.

Já a regulação TEP, adotada pelo país S, leva em consideração os acréscimos de custos. Dessa forma, para que não ocorra nenhuma alteração com relação à situação anterior à regulação, esta irá incidir sobre as firmas de uma tal maneira que garanta a manutenção da situação original, isto é, as firmas conservam a mesma participação no comércio internacional.

Portanto, pode-se concluir que a regulação TEP é mais eficiente que a CAC, isto porque, além de garantir uma redução na emissão de poluentes, ela conserva a mesma participação das firmas no comércio internacional.

3.0 CASO DO CAFÉ⁴

Até o momento, estudos ligados à questão ambiental indicam que políticas de comércio não são as mais indicadas para alcançar metas sócio-ambientais. Entretanto, o debate ainda não se esgotou, e questões como regulamentação da atividade econômica se impõem em um contexto onde proliferam a agressão ambiental e a desigualdade de renda.

Para pôr fim às rupturas sócio-ambientais oriundas de políticas de comércio internacional, buscou-se alternativas para internalizar os custos ambientais. Foi o caso da inclusão do princípio "poluidor pagador" ao GATT, bem como a efetivação de acordos multilaterais que visam não somente minimizar os impactos sobre o meio-ambiente, mas também buscam evitar que os países façam uso da questão ambiental como barreira à entrada.

Analisando a questão cafeeira, May chama atenção para o fato de que o Brasil adotou como estratégia de crescimento no imediato pós-guerra, a aceleração do ritmo de utilização dos recursos disponíveis que ia além da capacidade sustentável, ou seja, a atividade econômica levada adiante não tinha preocupações para com a possibilidade de gerações futuras continuarem a explorar economicamente aqueles recursos. Portanto, temos que o aumento da produção de café foi em virtude da expansão da área plantada; em conseqüência, teve-se um impacto ambiental nada favorável uma vez que a remoção de florestas, para o posterior plantio de café, implicava perdas na vida selvagem e na diversidade de espécies vegetais, mudanças na composição do CO₂ atmosférico, além da queda do preço do produto no mercado mundial.

Para evitar uma queda ainda maior no preço do café, o governo brasileiro resolveu reduzir os estoques existentes; a partir dessa política, foi neutralizada a tendência de queda no preço do produto. Por outro lado, outros concorrentes se viram tentados a entrar no mercado de café.

Os anos 60 também foram um período de crise para o setor produtor de café. Com a intenção de reverter os baixos índices de produtividade existentes na produção de café, o governo do Brasil promoveu uma vasta erradicação de cafezais decadentes e não produtivos, provocando impactos sociais e ambientais negativos. Do ponto de vista ambiental, o abandono da lavoura do café reduziu a erosão do solo; no entanto, aquelas áreas utilizadas para o cultivo do café foram transformadas em pastos improdutivos o que, segundo May, contribuiu para a redução da fertilidade do solo.

No decorrer dos anos 70 a política adotada pelo governo brasileiro foi a de estimular novas lavouras de café. Pelo que foi exposto até agora, fica claro que a política praticada em relação ao café tinha um viés intervencionista o que mostrava a importância do café para a balança comercial brasileira. A característica dessa política era um forte controle de preços e de estoques, e tinha como objetivos: estimular a produção; manter os preços no mercado internacional; e gerar fundos para a execução de investimentos setoriais e extrasetoriais. A consequência da adoção desta política, isto é, estímulos à produção, implicaram a redução do preço do café no mercado mundial; gerando, dessa forma, uma nova crise para o setor produtor de café.

A década de 90 se caracterizou como sendo um período no qual medidas como privatização, abertura de mercado, desregulamentação da economia estiveram na ordem do dia. O setor produtor de café não ficou imune a tal conjuntura: a completa desregulamentação do setor foi executada em 1990, quando da extinção o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e da redução da taxa de exportação. Em virtude da ausência do poder público, que garantia a compra de café, os pequenos produtores foram forçados a abandonar a produção. Em consequência, os campos de café foram substituídos por pastos implicando aumento no êxodo rural. Do ponto de vista ambiental, menores ganhos significam redução ou até mesmo a eliminação de investimentos em equipamentos que objetivavam melhorar a qualidade do ar dentro e fora das fábricas⁵.

Para o enfrentamento de tal contexto May sugere a adoção de incentivos econômicos em combinação com a efetivação de medidas regulatórias, ou seja, convida o Estado a tomar assento na discussão de questões referentes à preservação ambiental, comércio exterior; portanto, uma participação mais efetiva na definição dos rumos do desenvolvimento econômico do país.

3. CONCLUSÃO

Embora sejam tímidos tivemos, ao longo dos últimos tempos, o surgimento de alguns avanços no que se refere

à participação dos Estados Nacionais na definição de estratégias visando uma maior participação de suas empresas no cenário internacional, bem como na garantia de uma maior atuação dessas empresas em seus países de origem. Nesse sentido, a variável ambiental pode vir a ser um elemento de extrema relevância.

Além disso, indo de encontro a todo um discurso que refuta a validade da atuação do Estado seja na indução do desenvolvimento seja na regulação da atividade econômica, o certo é que o Estado continua sendo um elemento fundamental na definição dos rumos do desenvolvimento econômico além de garantir a preservação do meio ambiente através de uma consequente política de regulamentação ambiental ●

1- Conjunto de normas criadas pela International Standard Organization-ISO, com o objetivo de preservar o meio-ambiente das consequências negativas da atividade econômica.

2- Segundo os autores, a semelhança dos padrões de regulação se deve tão somente devido ao fato de as preferências por proteção ambiental e/ou acordos internacionais serem semelhantes.

3- CAC-Command and Control, ou seja, Comando e Controle; TEP-Treadeable Emissions Permits, ou seja, Certificados de Emissões Negociáveis.

4- Esta seção está fundamentada em May(1996).

5- Seria o caso, por exemplo, da eliminação de investimentos em equipamentos de torragem menos danificadores da qualidade do ar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GAZETA MERCANTIL(1998) "Xerox Investe para Exportar mais".

KREINIM, M.E. (1991) *International Economics: A Policy Approach*. Hartcourt Brace Jonanovich, Publishers.

KRUGMAN, P.(1990) "Is free trade passé?" in Phillip King. *International Economic Policy: A Reader*. McGraw-Hill.

.....(1991)*Geography and Trade*. W.W.Norton & Company.

.....(1994)*Peddling Prosperity: Economic Sense and Nonsense in the Age of Diminished Expectation*. W.W. Norton & Company.

MAY, P. (1996) "Comércio Internacional e Meio-ambiente: O Caso das Agroindústrias Brasileiras do Café e do Cacau" in *Políticas Agrícolas*. VOL.II.Num 1:53-75.

ROXO, C. (1998) "Um novo Paradigma para a Política Ambiental" in *Gazeta Mercantil*.

SARTZETAKIS, E & CONSTANTATOS, C. (1995) "Environmental Regulation and International Trade" in *Journal of Regulatory Economics*. 8:61-72.

SPENCER, B. (1990) "What Should Trade Policy Target?" in Paul Krugman, *Strategic Policy and the New International Economics*. MIT Press.

* Ernani Araújo Filho é economista da Prefeitura Municipal de Teresina. Mestre em Economia Internacional pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor de Economia da Faculdade do Vale do Itapecuru-FAI/Caxias-MA

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR CUSTO DE VIDA TERESINA

O IPC - Teresina - trabalho elaborado sob a responsabilidade da Fundação CEPRO e divulgado mensalmente - registrou durante o mês de maio de 2003, uma deflação de -0,45%, resultado que, comparado ao apresentado no último mês de abril de 2003 (+1,43%), retrata uma acentuada queda no nível de preços desse importante indicador de avaliação do poder de compra da população teresinense no mês em estudo.

Com a apuração deste índice de -0,45%, a inflação acumulada nos cinco primeiros meses do ano ficou em 5,62%.

Em relação especificamente ao comportamento do IPC-Teresina, relativo ao mês de maio de 2003, constatou-se que a pressão para a redução média de 0,45% localizou-se nos itens componentes dos grupos Alimentação e Transportes e Comunicação, que apresentaram deflação de 1,75% e 1,57%, respectivamente. No caso específico do grupo Alimentação, as reduções mais significativas foram verificadas nos seguintes produtos: Tomate, 37,13%, cebola, 22,88%, abacaxi, 13,27%, laranja, 8,80%, feijão, 6,12%, carne e derivados de bovinos, 4,01%, ovos, 2,51% e frango, 2,04. Já no grupo Transportes e Comunicação, as quedas de preços mais representativas localizaram-se na gasolina, 6,73% e óleo diesel, 5,32%.

Outro grupo que apresentou queda de preços foi Habitação (-0,31%), em função principalmente da deflação de 5,06% em gás de cozinha. Os demais grupos componentes da estrutura do IPC-Teresina apresentaram variações positivas: Saúde e Cuidados Especiais, 1,38%, Serviços Pessoais, 0,91%, Vestuário, 0,70% e Artigos de Residência, 0,38%.

CUSTO E VARIAÇÃO DA CESTA BÁSICA

A Cesta de Produtos Básicos - definida pelo DecretoLei n 399, de 30 de abril de 1938, cuja relação para a região Nordeste é composta por doze produtos, cujas quantidades constam de nutrientes mínimos necessários para a alimentação de uma pessoa adulta ao longo de um mês - custou ao trabalhador teresinense a importância de R\$ 123,85 (cento e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos). Valor 10,32% menor que o custo dos mesmos produtos verificado no último mês de abril de 2003, que foi de R\$ 138,11 (cento e trinta e oito reais e onze centavos).

Essa queda de preços verificado no custo dos produtos componentes da cesta básica justifica-se pelo fato de produtos como o feijão e, principalmente, o tomate terem apresentado durante o mês de maio de 2003 redução de preços de 6,12% e 37,13%, respectivamente.

Fonte: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

REFLEXÕES SOBRE A DELIMITAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE

Jaira Maria Alcobaça Gomes*, João Soares da Silva Filho** e Francisco Prancacio Araújo de Carvalho***

O SEMI-ÁRIDO

A região semi-árida tem como principal característica a baixa e irregular precipitação pluviométrica, com forte variabilidade da distribuição das chuvas no tempo e no espaço. Verifica-se a ocorrência de altas temperaturas, o que incorre em elevada evapotranspiração que, associada aos solos rasos, apresenta pouca capacidade de armazenamento das águas que caem na estação chuvosa. As águas subterrâneas são quase sempre salobras e pouco utilizadas para consumo humano. Pode-se observar que a vegetação predominante é a caatinga, podendo haver, ainda, associações de caatinga com cerrados e/ou "carrascos" (Sales, 2002).

O semi-árido brasileiro é um dos que detém o maior índice pluviométrico em relação às demais ocorrências no mundo, no entanto os eventos de seca que ciclicamente atingem a região trazem consigo o agravamento das condições sócio-econômicas, provocando desde perdas agrícolas até a expulsão e morte dos *sertanejos*.

O problema de falta d'água é um dos mais sérios na região uma vez que afeta substancialmente à sobrevivência do homem, bem como o desenvolvimento de qualquer atividade econômica.

Em face do grande contingente de pessoas que residem no semi-árido e sua importância sócio-econômico e ambiental é relevante verificar sua área de abrangência no Piauí, uma vez que na literatura encontram-se diferentes critérios para defini-la, resultando em números distintos de municípios que pertencem ao semi-árido. Nesse artigo considera-se a divisão político-administrativa do Estado do Piauí constante no Censo Demográfico de 2000 e suas informações sobre população total, urbana e rural.

ABORDAGENS SOBRE O SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE

SUDENE

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, extinta e em processo de recriação, foi uma das pioneiras no estudo da delimitação do semi-árido nordestino. Já em 1968, iniciou um estudo de quais municípios formariam o *polígono das secas*, área criada em 1936 para fins de aplicação de políticas públicas que minorassem os flagelos causados pelas fortes secas que periodicamente assolam a região nordeste.

A região semi-árida concebida pela SUDENE (*on line*) é:

"... aquela formada pelo conjunto de lugares contíguos, caracterizada pelo balanço hídrico negativo, resultante de precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800 mm, insolação média de 2800h/ano, temperaturas médias anuais de 23° a 27° C, evaporação de 2.000 mm/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50%. Caracteriza-se essa região por forte insolação, temperaturas relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período, de apenas três meses".

Esse estudo foi aprovado pelo seu conselho deliberativo em 1994, para fins de aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A área do semi-árido brasileiro abrangeu um total de 895.931,3 km², sendo que o Nordeste participava com 93,90% (841.260,9 km²) da mesma, e Minas Gerais 6,10%. Para a SUDENE, os municípios pertencentes a esse domínio deveriam apresentar uma precipitação média de 800 mm, ou ter seus territórios parcialmente cortados por essa isoietas. O semi-árido contava com 1.031 municípios dispersos em oito estados nordestinos mais a região norte do estado de Minas Gerais, segundo a portaria nº 1.182, de 14 de setembro de 1999, que inseriu os municípios criados até 1997. O semi-árido piauiense apresentou 109 municípios.

Em 2000, esses municípios representavam 50,1% do território do Estado, perfazendo uma área de 126.011,2 km². Sua população era de 855.807 habitantes, correspondendo a 30,01% da população total, na sua maioria rural (55,6%), dividida proporcionalmente entre homens e mulheres.

SECRETARIA DA DEFESA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

No ano de 1993, a região nordeste sofreu os efeitos de uma forte seca. O Piauí, na prática, teve todo o seu território afetado pela estiagem. Algumas áreas foram mais intensamente castigadas, e o que seria o polígono das secas para o Estado, acabou estendendo-se além da região semi-árida, afetando, inclusive áreas que são consideradas sub-úmidas.

Naquele ano, a Defesa Civil do Estado efetivou um estudo para determinar o grau de comprometimento dos muni-

cípios pela seca e dividiu o Piauí em três áreas, denominadas de *prioridades um, dois e três*.

Todos os municípios incorporados pela *prioridade um* tiveram estado de calamidade decretados nessa ocasião, sendo essa, a área utilizada para fins de aplicação dos recursos federais de combate a seca, através do Programa Frentes Produtivas de Trabalho, que deveria durar apenas três meses, mas que se prolongou por mais de um ano, por articulação do governo federal com os estados para construção de obras hídricas permanentemente. E foi essa área geográfica que a Secretaria da Defesa Civil considerou como a região semi-árida do Estado. Ela ficou composta por 122 municípios historicamente alcançados pelas secas e pode-se observar que tal delimitação obedeceu, além de fatores relacionados à estiagem, a existência de certo peso político.

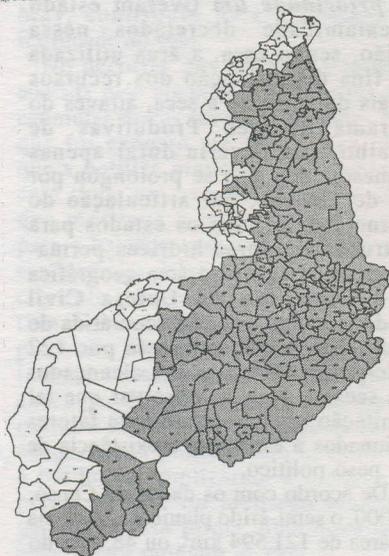
De acordo com os dados do Censo, em 2000, o semi-árido piauiense, perfazia uma área de 121.594 km², ou 48,38% do seu território, tendo uma população total de 955.728 habitantes (33,64% da população do Estado), dos quais 45% estão na zona urbana e 55% na zona rural.

LIMA, ABREU E LIMA (2000)

A pesquisa *Delimitação e Regionalização do Domínio Semi-Árido* (Lima, Abreu e Lima, 2000), financiada em 1981 pelo CNPq/UFPI/SUDENE, utilizou como característica principal na determinação de uma região semi-árida, parâmetros climáticos associados a vegetação, relevo, solo e hidrografia. Esse estudo propôs a existência de três sub-regiões no Piauí, a *sub-região semi-árida*, a *sub-região de transição semi-árida* e a *sub-região de transição sub-úmida*. As duas primeiras sub-regiões formaram o domínio semi-árido.

Na delimitação do *domínio semi-árido*, o estudo utilizou a *precipitação fidedigna*¹, com um índice pluviométrico inferior à 900mm, e probabilidade de 75% de ocorrência. Essa precipitação é irregular e diferenciada, variando entre fortes chuvas e grandes secas, além da análise do balanço hídrico que determinou a existência de dois a três meses favoráveis à ocorrência de chuvas na *sub-região semi-árida* e quatro ou mais meses favoráveis na *sub-região transição semi-árida*. Verificou-se a presença de vegetação de caatinga exclusiva ou com associações de cerrado ou mata de palmáceas, solos arenosos e pobres ou com presença de rocha, e uma frágil estrutura hidrográfica.

Para um município pertencer a uma sub-região específica teria que dispor de 40 a 100% de sua área inclusa na mesma, tendo como referência a linha divisória de precipitação média anual de chuva que cortasse o município. Caso o domínio semi-árido fosse considerado como sendo parte de duas sub-regiões, incluir-se-iam os municípios que tivessem menos de 40% em uma delas, mas que a soma dos percentuais das duas atingisse o mínimo de 40%. O semi-árido piauiense compôs-se de 156 municípios (Parte hachurada - MAPA).



Obedecendo a esses critérios, detecta-se que, no ano de 2000, o semi-árido piauiense, representou 66,0% do território do Estado, abrangendo 165.830 km² de área. Constata-se, ainda, que 50,4% (1.433.024 habitantes) da população do Piauí encontram-se nessa região, sendo que 49,05% residem na zona urbana e 50,95% na zona rural.

A Tabela 1 mostra uma síntese da área do semi-árido no Piauí, destacando o número de unidades municipais e a população residente, segundo as abordagens consideradas acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A delimitação do semi-árido no Estado do Piauí envolve basicamente três abordagens que contemplam desde critérios políticos a critérios ambientais e sócio-econômicos. A adoção de critérios que envolvem um maior número de variáveis são razoáveis e aproximam as especificidades municipais para ações públicas de convivência com o semi-árido duradouras e transformadoras da realidade, evitando que essa região seja rotulada de problemática devido a falta de chuvas, e que por pressões políticas seja objeto de políticas emergenciais que não resolvem o problema, perpetuando a condição de pobreza ●

*Jaíra Maria Alcobaça Gomes é professora adjunta do DECON/UFPI. Pesquisadora do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN/UFPI) e Doutora em Economia Aplicada (ESALQ/USP)

Tabela 1 – Número de municípios, área e população, segundo as diferentes abordagens de delimitação do semi-árido e Estado do Piauí – 2000.

Metodologia	Município		Área (km ²)		População	
	nº	%/PI	Total	%/PI	Total	%/PI
SUDENE	109*	49,3	126.011,20	50,1	855 807	30,1
Secretaria da Defesa Civil do Piauí	122	55,2	121.594,30	48,4	956 617	33,6
Lima, Abreu e Lima (2000)	156	70,6	165.830,00	66,0	1 433 024	50,4
Piauí	221	100	251.311,50	100	2 843 278	100

Fonte: SUDENE/Secretaria da Defesa Civil do Piauí/Censo Demográfico 2000.
Nota: * Municípios criados até 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. CD ROM.

LIMA, I. M. de M. F.; ABREU, I. G. de; LIMA, M. G. de. **Semi-Árido Piauiense Delimitação e Regionalização**. Carta Cepra, v. 18, nº 1, Teresina: Halley, jan/jun-2000, p. 162-183.

SALES, M.C.L. **Evolução dos Estudos de Desertificação no Nordeste Brasileiro**. Revista GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, nº 11, p.115-126, 2002.

SUDENE. **Região Semi-árida da área de atuação da SUDENE**. Disponível em: <<http://pageservernt.sudene.gov.br/isapi/sig/>> Acesso em: 21 setembro 2001.

** João Soares da Silva Filho é economista. Mestrando em Desenvolvimento e Meio-ambiente pelo TROPEN/UFPI/PRODEMA

*** Francisco Prancacio Araújo de Carvalho é economista. Mestrando em Desenvolvimento e Meio-ambiente / TROPEN/UFPI/PRODEMA

O QUE É ECONOMIA?

João Soares da Silva Filho

Saber economia é conhecer a cotação do euro, hoje? É dizer o valor do Produto Interno Bruto do ano passado? É saber porque o valor do dólar varia? Afinal, o que é saber economia?

Sempre me perguntei quando saberia economia. Sempre quis saber o dia em que diria para mim mesmo: “é, eu entendo...” e lhes digo que esse dia já passou e ao mesmo tempo ainda está para chegar. Confuso, não?

O conhecimento, como muito de nossa vida, é relativo. Houve o tempo em que se poderia considerar conhecedor de economia quem soubesse, por exemplo, discorrer sobre a mais-valia, sobre os valores e preços, quem soubesse das teorias (ou pelo menos nominá-las). Mas isso não é mais saber economia?

E. E não só isso. O mote do fim do século passado ainda é válido: “Vivemos a era da tecnologia e da informação”. Ela por si só diz muito, e por mais insistente e redundante que pareça, está correta. Ao economista de hoje é imperativo estar ligado à realidade. É imprescindível estar bem informado. É preciso dotar-se de uma visão sistêmica, afinal será preciso justificar alguma coisa a qualquer tempo. É para isso que serve a ciência; para responder os questionamentos da sociedade e explicar os meandros pelos quais os eventos são construídos. Não fosse assim, para que conhecer? Deixar o acaso encarregar-se de tudo?

Quando chegamos à universidade, nos sentimos incertos quanto ao que iremos enfrentar. Talvez isso justifique o número considerável daqueles que não atingem o seu final. Mas mesmo permanecendo, tem-se ainda duas opções: apaixonar-se pela economia ou suportá-la até que o canudo nos seja entregue.

Vamos ponderar mais um aspecto: o que é preciso fazer para saber economia?

Essa resposta é conhecida desde toda a nossa vida acadêmica. É preciso estar atento e INDAGAR! Lógico, não? Talvez todo o mistério do conhecimento seja a curiosidade.

Respiramos economia o dia inteiro! Vejamos: na mesa do café da manhã podem existir bens substitutos; na ida à universidade podemos ver a oferta e a demanda por transporte; ao descansar frente a TV podemos ver a maneira pela qual as pessoas são levadas a consumir; e assim uma infinidade de situações. Epa, mas economia é isso? É sim. É muito mais.

O estudioso - de qualquer ciência - é aquele que se joga à loucura sem abdicar da sanidade. É aquele que busca exercitar a mente para o exercício do raciocínio. É aquele que quer provar das situações, ou senão, compreendê-las. É aquele que durante as quase duas horas de uma aula se pergunta muitas coisas e que talvez devesse partilhar esses questionamentos com um outro que está ali para auxiliar e dirimir as dúvidas: o professor.

Esse agente, imprescindível, deve ser usado. E não só através da atenção às suas explicações, mas fazendo-o mais conhecedor. Como se faz isso? Discutindo, interrogando, discordando. O conhecimento não se transfere, o conhecimento se adquire. Saber economia - ou qualquer outra ciência - não é discorrer sobre ela utilizando jargões (economês) ou fórmulas mirabolantes. Saber economia é entender porque a realidade se apresenta desta e não daquela forma. Por fim, resta dizer que saber economia talvez seja conhecer a cotação do euro, hoje; dizer o valor do PIB do ano passado; saber porque o valor do dólar varia... Por que não? É uma última consideração: o tempo de aprender economia é agora ●

CRÍTICA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA FILOSOFIA NA ACADEMIA

Henrique Conde Uieira*

Falar é interpretar falas. Ler é interpretar a escrita. É surpreender as formações discursivas em suas trajetórias. É provocar deslocamentos ou até mesmo cristalizações de universos de significações. A escrita, assim como a fala, tem trajetórias interessantes, ora como mero "referendum" (textos presos nas normas da academia) da fala do "mestre-morto", ora como provocação, alteridade.

Entendo o texto como provocação, como algo que erotiza o instituído, que o remete radicalmente ao instituinte. Tomo o instituído como polissêmico, portanto, metafórico, permitindo, assim, múltiplos deslocamentos.

Atravessar um texto é aceitar seus desafios, é um empreendimento repleto de possibilidades, nunca certezas. Pois conhecer é sempre possibilidade, indeterminação, ato de criação. É elevar o texto à condição de poema, e como tal, uma busca apaixonada dos sentidos de conteúdo, nunca de formas.

O trabalho do educador está no sonho, no devaneio. Nesta dimensão, os planos da linguagem não estão ordenados segundo a descrição linear do mundo fático, que sem o onírico se caracteriza por ordenar a vida a partir de sua racionalização sistêmica.

A interpretação da escrita deve nos colocar diante de uma pista de duplo sentido, onde a imaginação criadora percorre a trajetória do mundo sensível ao onírico, e desde ao sensível; balé dialético de infinitos movimentos.

O estudo de textos filosóficos é o crepúsculo do saber. A queda de suas máscaras rígidas. A morte do maniqueísmo. Um chamado desejo. Um protesto contra a mediocridade da mentalidade erudita e, ao mesmo tempo, um saudável desprezo pelo ensino rigorosamente acadêmico.

O estudo da filosofia possibilita isso. Traz em si a visceral compreensão das limitações que padecemos, colocando em evidência a ordem artificial e mortífera de uma cultura impregnada de legalidades presunçosas. Ela serve para despertar os sentidos e os desejos soterrados e desencantados por séculos de saberes, preocupados, estes, em garantir todo e qualquer tipo de imobilismo.

Proporciona, também, uma salutar abertura para a exploração de todas as formas de expressão que o racionalismo dominante conseguiu enclausurar numa reserva chamada absurdo. O estudo da filosofia feito de modo correto as reivindica como a placenta da criatividade. Uma reação vital à sensatez inerte.

Uma manobra para tentar corroer o monopólio de uma razão que propaga a submissão: saberes feitos de lugares comuns e falsos tesouros com os quais, por esquecimento de nossa singularidade, naturalmente concordamos.

Para o filósofo, o absurdo não tem uma conotação pejorativa: é a forma de protesto que se opõe ao jogo do coerente, do lógico e do demonstrado, categorias empregadas como critérios incontrovertíveis de verdade nos grandes relatos (sistemas) que a ciência produz para imaginar o mundo.

Na filosofia, o absurdo reitera a necessidade de múltiplas compreensões do ser. O absurdo filosófico é uma saída espontânea para procurar a voz humana no meio dos cientistas, no meio dos desejos.

"A cultura oficial da pós-modernidade tende à supressão total das paixões. Com isso, ela elimina a educação, a política e o senso crítico. Adormecendo as paixões, se assegura a reprodução de um sistema de dominação, imposto, principalmente, na América Latina."

Declarar que a razão é a essência do homem, já é dividi-lo em dois, coisa que a tradição clássica nunca deixou de fazer. Esta distinguiu no homem o que é razão, e que, por isso mesmo, é verdadeiramente humano, e o que não é razão, e que, por este fato, parece indigno do homem: instintos, sentimentos e desejos.

A filosofia mostra sua firme intenção de derrubar as margens estreitas do racionalismo, sacudindo-nos, ao mesmo tempo, para que despertemos de nossas ilusões e dependências em relação a todas as convenções vigentes. Procuraremos demonstrar através de uma viagem sobre a história do ser o sonho, a magia de um olhar além do físico sobre o mesmo, para procurar uma nova ordem de valores, sem ouvidos para os eruditos.

O sonho metafísico faz do sentimento uma revolução e dessa forma subverte a tolice-vital, essa evasão da vida que a filosofia deve expurgar.

O assédio das sombras tende a aumentar no berço da pós-modernidade, que é a miragem nostálgica do homem, uma civilização onde a singularidade dos desejos se converte

em um bem de luxo. Está se começando a reproduzir o "homem de Chernobyl", para quem a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência. Ele divaga com crenças promíscuas, vive um dia de cada vez, preparado para o pior, por haver perdido toda a confiança no futuro da humanidade. Seu lugar de visibilidade é o espanto apocalíptico. Está no lugar de um observador em regime de prisão perpétua.

Voltemos à filosofia como recuperação sistemática do instante onde a imaginação do mundo brilhou plena de juventude. Um belo instante da cultura aonde o sonho vai adiante e a ação é sua esteira.

Quando a filosofia estabelece as identidades entre a "poética" (sonhos) e a vida, está convidando a cultivar o engajamento mágico com o mundo. É a crença no poder mágico da palavra reveladora e criadora de mundos e realidades (sensível e intelectual): *O homem é a luz (razão) de seu destino.*

Assim, a filosofia pode desligar-se da relação teoria-práxis, assumindo em profundidade o caráter onírico das teorias.

Realidade e sonho, os cortes não são drásticos. É difícil distinguir sem criar mitos. De repente a filosofia não distingue, coloca em prateleiras sem estantes as teorias e nos propõe uma discussão substitutiva: a relação sonho-práxis. Graças a este sacrilégio, os filósofos alteram os efeitos consagrados do saber.

Em seus jogos contestatórios mostram que a função mais importante do conhecimento social é a de sonhar com magia. Somos feitos do mesmo material que os sonhos. O sonho é um fiel espelho de nossos escurecidos objetos.

Iluminá-los é uma função emancipatória da pedagogia. Ela deve incendiar-nos com magia e afetividade. O processo didático (nas universidades) precisa ser um sonho mágico que nos atraia para devolver-nos a liberdade. Esse é o caminho para encontrar o desejo nos argumentos didáticos: a sala de aula. Paraíso perigoso, onde só penetram os grandes aventureiros. A noite do ser. O homem noturno que vê a noite como alumbamento e o dia como gestações.

A experiência nos ensina que uma consciência demasiada impregnada de lucidez cartesiana impede que o homem invoque os abismos interiores e que evoque, como o deseja, os misteriosos climas da vida inconsciente, tente dissolver seus fantasmas e exerça sua rebelião contra os castradores profissionais ou amadores.

Enfim, o sonho como bom exercício para superar as consciências alienadas. Os sonhos e a magia como antídotos da ideologia massificante. O sonho para superar a mentalidade cartesiana: essa lucidez vizinha do poder.

A cultura oficial da pós-modernidade tende à supressão total das paixões. Com isso, ela elimina a educação, a política e o senso crítico. Adormecendo as paixões, se assegura a reprodução de um sistema de dominação, imposto, principalmente, na América Latina. Só os apaixonados contestam, protestam, procuram a transformação. As paixões não cegam; elas iluminam, utopicamente, o destino do ser apaixonado. A paixão é o alimento da liberdade. Não pode, portanto, existir uma pragmática da singularidade humana, sem seres apaixonados que a realizem. A paixão é o que nos diferencia dos seres inanimados, que simulam viver olhando, indiferentemente, o mundo à espera da morte. Só os seres apaixonados têm condições de procurar viver em liberdade, de procurar vencer as tiranias culturais. Os verdadeiros filósofos tentaram viver assim. Mostraram o poder das utopias interiores.

Ao meu ver, a filosofia é o modo de expressão poética das utopias interiores. Os filósofos mostram-nas apaixonadamente. A cultura oficial interpreta as paixões filosóficas como um "excesso agressivo". Foi uma maneira de recuperar, ideologicamente, a filosofia, amornando a ameaça de seu poder revolucionário.

Soberba. Distância. Desplante. Monotonia. Psicoses narcisistas. Sentimentos de onipotência. Permanentes ameaças de reprovações. Atitudes depreciativas. Formas, enfim, com que se manifestam as defesas maníacas como um desejo de fazer abortar todo e qualquer sintoma de emergência da singularidade. É o professor convertido em um sensor de tempo completo, mero aprendiz de sacristão na igreja do saber: lugar das crenças absolutas. Uma vez que se aceita como "crenças absolutas" determinadas afirmações, surgem esquemas mentais que conformam um discurso alienante como teologia para a ação... todo intento de transgressão será castigado como ato pecaminoso, gerando uma defesa maníaca para suprimi-lo.

Como sacristãos, certos professores acreditam que, defendendo a "teologia das ciências", estão empreendendo uma luta titânica contra o mal, adquirindo assim a unção mística e a tranquilidade de consciência necessária para resolver a aniquilação do diferente: destroem-nos por sermos instrumentos do mal. Procedem com a mesma beática pureza de consciência dos tribunais da inquisição. Ademais, como toda a religião, indica a via de salvação só para os eleitos: "os lugares-tementes do bem". A proteção de seus mitos, a magia de seu culto não se estende aos inimigos.

Só a livre expressão para o pensamento afim.

Estamos falando da "oligarquia do saber", cordialmente distante, fria e indiferente para simular ocupar-se dos problemas daqueles que não pertencem a ela.

Assim, as universidades transformam-se em um sítio impiedosamente seco. Todo um estilo (sacralizado, viciado) de relacionar-se com a verdade, que já morreu sem que seus cultores o saibam. Continuam apelando, ainda, para mecanismos de excomunhão e controle de heresias, como nos velhos tempos de esplendor. Quem não bebe deste cálice ainda morrerá. Ainda existe a sanção pelo delito de "porte de inovações", de "porte de diferenças".

Creio que os professores aprenderiam a ensinar quando renunciassem a converter suas falas em caricaturas "câmaras de eco": práticas de pensamento e de citações ostentadas, agressivamente, para adquirir uma distância salvadora que evite as zonas perigosas onde o saber se enfrenta a si mesmo como obstáculo. O professor precisa converter o saber em dispêndio. Há duas maneiras de subverter a legalidade do saber: dispersá-lo ou dá-lo para satisfazer a dúvida do aluno que é sempre, no fundo, um pedido de amor, a fuga da fadiga dos estereótipos, a renúncia a este monstro que é o "último significado".

O próprio saber que constituiu historicamente o sujeito começa a destruí-lo. As sociedades começam a funcionar apoiadas em saberes que prescindem radicalmente da intervenção do sujeito. O homem, perdendo sua condição de sujeito do conhecimento, vai ganhando a condição de elemento de uma configuração totalitária.

Na fase avançada do saber disciplinar, a sujeição provavelmente não dependerá da formação de sujeitos dóceis, subjetivamente flácidos. Da produção institucional da subjetividade se passará para um processo de destruição institucional dos sujeitos.

A análise precedente não está destinada a recuperar a figura do sujeito. Pretendo mostrar, antes de mais nada, que o homem precisa, para executar o projeto de uma pragmática emancipatória, compreender que o que foi radicalmente dilacerado pelas práticas disciplinares do saber e do poder foi sua intersubjetividade. O eclipse da intersubjetividade determinou a falência existencial dos homens, a total ausência de ilusões vitais ●

*Henrique Conde Ueira é bacharel em Direito / UFPI, aluno do Curso de Filosofia / UFPI e Analista Judiciário do TRE-PI

AÇÕES AFIRMATIVAS CONCEITO

Gadafy de Matos Zeidam *

O debate sobre cotas resgata fortes argumentos favoráveis, em especial os de natureza sociológica, histórica e política. Entretanto, a premência de tal questão parece esvaecer-se diante do argumento de natureza jurídica, desfavorável, qual seja a pretensa inconstitucionalidade diante do Princípio da Igualdade, acolhido pela Constituição Federal em sua fórmula original, já consagrada: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (*Caput* do art. 5º).

O Princípio da Igualdade, todavia, não se reduz ao conceito de igualdade em si, mas valida-se segundo o conceito de justiça: é justo que todos sejam tratados igualmente pela lei. Vale ressaltar que a lei amiúde estabelece distinções - mulheres aposentam-se com menos tempo de contribuição, menores são penalmente inimputáveis, os analfabetos são inelegíveis, determinadas autoridades têm foro privilegiado - o princípio continua válido? Sim, pois no cerne do princípio está a justiça não a igualdade. É justo que a lei, em determinados casos, estabeleça distinções? E, posteriormente, são justos os critérios de distinção estabelecidos pela lei? Tais questões, desde que afirmativamente respondidas e respaldadas, validam o Princípio da Igualdade.

O princípio realmente significou, em sua fórmula original, igualdade absoluta e serviu para quebrar o paradigma absolutista de privilégios aos estamentos do clero e da nobreza e da ascendência divina dos reis. O paradigma absolutista era fundado em um conceito de justiça, a justiça comutativa aristotélica (comutar=trocar). Trocam-se os direitos e bens jurídicos conforme os méritos, ou seja, geometricamente conforme o estamento social a que pertenciam o homem, legitimando as diferenças e fundamentando o ideal de justiça absolutista. O paradigma liberal também se funda em um conceito de justiça, a justiça distributiva aristotélica. No Estado Liberal, distribuem-se aritmeticamente

VAS EM UM NOVO DE JUSTIÇA

O PROBLEMA DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA

Gerson Albuquerque de Araújo*

os direitos e bens jurídicos entre os homens, independentemente do estamento social a que pertençam, legitimando a igualdade e fundamentando o ideal de justiça liberal.

A superação do paradigma liberal e de seu conceito de justiça é necessidade de uma nova concepção estatal, que deixou de ser liberal e passou a ser social. De agente passivo, guardião da liberdade negativa, requer-se um papel ativo para o novo Estado, promotor de ações positivas destinadas a satisfazer as demandas sociais. Neste sentido, se o Estado Liberal superou as bases sócio-histórico-políticas do Estado absolutista, reformulando o conceito de justiça, por que a superação do Estado Liberal não haveria de implicar em um novo conceito de justiça, fundado sob as bases de um novo modelo estatal, o Estado Social? Assim sendo, a justiça no Estado Social também é geométrica, contudo não mais fundada na troca conforme os méritos, mas, inversamente, na troca conforme as necessidades, fundamentando-se juridicamente esta nova interpretação para o conceito de justiça, que está no cerne do Princípio da Igualdade, no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III da CF/88).

Compreender então o alcance jurídico do Princípio da Igualdade é formular o que seja justo, ou o que seja capaz de atender a um conceito de justiça, que não é universal (como não foi o conceito de justiça comutativa absolutista e não será o conceito de justiça distributiva liberal) e muito menos jurídico, e não simplesmente cuspir excertos legais à moda de ventríloquos que vicejam diante de crianças, como fazem os rábulas que anunciam a aurora de um mundo já em crepúsculo ●

Todo homem vive com um sistema de crenças e está submetido a uma ideologia. Ora, os cientistas são homens, logo os cientistas estão submetidos a uma ideologia.

Ocorre, no entanto, que alguns pensam que os cientistas são neutros em suas atividades. O fato de que a ciência tem como uma de suas características a objetividade, talvez, tenha sido responsável por solidificar esta imagem.

Todos os homens têm um conjunto de valores. E o que é grave é que muitas vezes, os cientistas se consideram neutros. Porém, cabe aos filósofos da ciência alertá-los para este problema.

Os cientistas não estão imunes as idéias racistas, religiosas, políticas, etc. Existem, na história das ciências diversos exemplos de pesquisa racistas. Existem também muitos cientistas que orientam seus trabalhos pela religião que praticam. Um exemplo de pesquisa orientada, claramente, por uma ideologia é o caso da genética russa no século XX.

Existe, ainda, o controle ou influência dos órgãos financiadores de pesquisa. Estes são divididos em públicos e particulares. Ora, os órgãos particulares têm as pesquisas atreladas aos interesses dos seus dirigentes. Já, os órgãos públicos estabelecem critérios para distribuição das verbas de pesquisas.

Mesmo um governo democrático precisa estabelecer critérios para a distribuição das verbas. Portanto, há uma escolha seletiva pelos órgãos de pesquisa, para quais áreas e pesquisas devam ir as verbas. Muitas vezes, na seleção, vai ser escolhido não a pesquisa, mas a competência do pesquisador ou até a melhor elaboração do projeto.

Na prática consta-se muitas vezes o que alguns chamam de "teorema de São Mateus". As verbas científicas vão sempre para aqueles grupos de pesquisas que já vêm desenvolvendo pesquisa e portanto com verbas. Enquanto aqueles grupos que têm pouca pesquisa dificilmente conseguem ganhar mais verba nas seleções de projetos. Ou seja, aqueles que têm será dado e aqueles que não têm, até o pouco que têm lhes será tirado.

A própria escolha da área da ciência que o cientista escolhe tem um componente subjetivo. Por que um cientista escolhe física e não biologia? Muitos jovens quando entram na universidade acabam seguindo a orientação de um cientista mais velho que ele admira. As vezes na sua universidade uma área da biologia é mais forte e ele acaba seguindo aquela área. Muitas vezes uma área está com muita visibilidade na mídia. Conquista da Lua, energia nuclear, projeto genoma são exemplos de áreas da ciência que já ocuparam muito espaço na mídia.

A atividade científica gera conseqüências para a humanidade. Podemos encontrar diversos exemplos destas conseqüências, tais como as bombas atômicas, poluição, contaminação, etc.

Encontramos, ainda, aplicação de avanços científicos nas guerras entre países. É caso da guerra das Malvinas, do Golfo etc. Vale lembrar o suicídio de Santos Dumont supostamente induzido pela aplicação dos aviões no bombardeio de São Paulo na revolução constitucionalista.

A história do capitalismo não pode ser entendida sem a história da Revolução Industrial. Ora, mas esta não pode ser entendida separada da ciência. Aliás, na história encontramos diversos exemplos da ciência auxiliando desenvolvimentos da história. É o caso das expansões marítimas. E hoje, vivemos o mundo globalizado. Mas não teria havido globalização sem a ciência e a tecnologia

Muitos procuram fazer uma distinção entre ciência e tecnologia. Afirmam que a tecnologia é a aplicação dos conhecimentos científicos, portanto só a ela podemos colocar a culpa pelas conseqüências da ciência. Ocorre que estas duas atividades estão muito ligadas e não são trabalhadas separadas.

A idéia de progresso científico pode ser questionada. Em primeiro lugar o que é realmente progresso? Talvez possamos responder que progresso como a mudança de uma situação para outra onde houve avanços técnicos. Porém, surgem perguntas como: Houve prosperidade humana? Melhorias e ganhos na situação de bem estar dos homens? O homem é mais feliz nesta nova situação?

Será que a ciência está ajudando a diminuir a diferença entre ricos e pobres? Ou está ajudando a ampliar esta diferença? As respostas a estas questões envolvem a discussão sobre a idéia de progresso na ciência.

Devemos, no entanto, admitir que a ciência é um dos conhecimentos mais objetivos que existem. Por exemplo, a matemática estudada nos Estados Unidos e nos países socialistas não difere muito em seu conteúdo e a fórmula química da água é a mesma nos países ocidentais e orientais. No entanto o cientista deve ter uma preocupação sobre as conseqüências da sua atividade e das suas pesquisas ●

*Gadaty de Matos Zeidam é graduado em Engenharia Mecânica/UNB, aluno dos Cursos de Filosofia e Direito/UFPI e Auditor Fiscal da Previdência Social.

*Gerson Albuquerque de Araújo é professor do Departamento de Filosofia/UFPI, Mestre em Filosofia/PUC-SP, Doutor em Semiótica/PUC-SP. Realizou pesquisas sobre a Filosofia de Karl Popper na London School of Economics /Inglaterra.

POBREZA: DESTINO OU ESCOLHA?

Felipe Mendes*

A reclamação de que tem faltado apoio do governo federal para o Piauí deve ser feita com ressalvas, após um *exame de consciência* sobre o que o próprio governo estadual tem realizado. Um bom exemplo de que não se pode *atirar a primeira pedra* é o desempenho do governo piauiense entre 1995 e 2000.

Naquele período, as fontes das receitas de capital (R\$ 667,6 milhões) foram as operações de crédito (60,6%), a alienação de bens, ou mais especificamente a venda das ações da CEPISA (22,6%) e as transferências de capital da União (16,8%). Não houve, portanto, aporte de recursos próprios do Estado (receita tributária ou Fundo de Participação) no financiamento das despesas de capital, que totalizaram R\$ 662,2 milhões. Deduzindo-se os valores pagos em amortização das dívidas interna e externa, que somaram R\$ 259,9 milhões no período, tem-se que o montante efetivamente aplicado em investimentos e inversões financeiras foi de R\$ 402,3 milhões, ou apenas R\$ 67 milhões em média, por ano.

As operações de crédito e a alienação de bens não podem financiar continuamente os investimentos necessários para o desenvolvimento do Piauí, tendo em vista a exaustão da capacidade de endividamento, o custo dos empréstimos e a exiguidade dos bens alienáveis. Restam dois caminhos, não excludentes, que devem ser seguidos:

1. a contenção de despesas correntes para gerar poupança interna que financie os projetos prioritários, muitos dos quais poderiam ser implantados sem a necessidade de solicitação de recursos ao governo federal, proporcionando um mínimo de autonomia na condução do processo de desenvolvimento; e

2. a negociação de projetos prioritários com o governo federal, tanto os que são objeto de emendas parlamentares ao Orçamento da União quanto outros financiáveis por dotações genéricas, a cargo dos Ministérios e demais órgãos federais.

Mesmo não havendo crise financeira, o melhor caminho a seguir é o da redução de despesas correntes para aplicação em investimentos, estabelecendo-se metas graduais até que o governo possa investir pelo menos 20% de suas receitas líquidas, incluídas as transferências voluntárias e as eventuais operações de crédito.

Aparentemente, o Piauí estaria diante de um impasse, dadas as dificuldades para a redução das despesas correntes e sua conseqüente aplicação em investimentos, mas as prioridades estabelecidas pela administração no período de 1995 a 2000 apontam para outra realidade.

Tomando-se a evolução dos gastos realizados pelos órgãos vinculados ao Palácio do Governo – Gabinete do Governador, Gabinete Militar, Serviço Social do Estado, Secretaria de Comunicação Social e Secretaria de Governo – verifica-se que houve um extraordinário crescimento ano após ano, totalizando R\$ 193,5 milhões, ou R\$ 32,3 milhões por ano, em média, contra um gasto de R\$ 8,6 milhões registrado no ano de 1994. Somente o Serviço Social do Estado dissipou, de 1995 a 2000, R\$ 110,6 milhões em atividades de assistência social.

O total das despesas do círculo palaciano superou o total das transferências de capital recebidas da União, conforme mencionado anteriormente. Por outro lado, as Secretarias que cuidam dos projetos de desenvolvimento econômico – Planejamento, Agricultura, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – realizaram gastos totais de apenas R\$ 48,4 milhões, ou seja, 25% das despesas dos órgãos vinculados ao Palácio do Governo.

Se outra fosse a prioridade, e se os gastos de 1994 fossem mantidos ao longo do período, a redução de despesas nos órgãos vinculados ao Palácio do Governo poderia ter gerado uma disponibilidade de R\$ 142,0 milhões para aplicação em investimentos prioritários, inclusive formando a contrapartida exigida nos convênios com o governo federal.

Os dados apresentados revelam decisões não necessariamente adequadas ao desenvolvimento do Estado: de um lado, a reconhecida carência da maioria da população deve ser atendida com atividades de assistência social, que muitas vezes correspondem a um novo tipo de clientelismo político, exercido não mais nos grotões do interior, mas na própria capital e nos principais centros urbanos; de outro lado, admitindo-se uma possível redução dessas despesas, que obras importantes poderiam ter sido executadas, beneficiando igualmente, e duradouramente, a mesma população carente?

Como exemplo de alternativas para a aplicação dos recursos públicos, a redução possível de R\$ 142 milhões nas despesas correntes do Estado, no período 1995-2000, poderia ter financiado *todas* as seguintes obras:

Projetos

1. Conclusão do porto de Luís Correia.
 2. Construção da adutora do Garrincho, para levar água do açude Petrônio Portella aos Municípios de São Raimundo Nonato, Cel. José Dias e São Lourenço, beneficiando mais de 25.000 pessoas.
 3. Implantação de 6.000 hectares irrigados no projeto Tabuleiros Litorâneos, em Parnaíba, considerando os investimentos já realizados (1 hectare irrigado cria, em média, 3 empregos diretos e indiretos, ou seja, poderiam ser criados 18.000 empregos).
 4. Implantação e pavimentação da rodovia Gilbués – Santa Filomena, na região dos cerrados.
 5. Implantação e pavimentação da BR-020, no trecho São João do Piauí – Picos.
 6. Implantação da estação de piscicultura na barragem Salinas, em São Francisco do Piauí, para produção e distribuição de 5 milhões de alevinos/ano.
- Como bem ensinou o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, em discurso pronunciado em Teresina, em 1979:

“O perigo a evitar é a massificação do eleitor, que tem sua face rural nos resquícios de coronelismo e sua face urbana na demagogia das promessas desenfreadas. (...) O problema da pobreza absoluta não se resolve simplesmente pela política do crescimento, nem mesmo através do simples dinamismo na área social. A pobreza absoluta tem de ser atacada diretamente – como através da auto-suficiência alimentar em áreas pobres e dos programas de alimentos básicos”.

O Piauí continua no limite (60%) dos gastos legalmente permitidos com o funcionalismo, sempre com alguma categoria exigindo novos (e justos) benefícios. Gasta cerca de 22% de suas receitas líquidas com o pagamento da dívida, tornando-se o campeão entre todos os Estados, cruel ironia para quem é um dos lanternas na competição do desenvolvimento. Nos últimos anos, tem aplicado, em média, 5% de suas receitas líquidas em despesas de capital – não necessariamente em investimentos prioritários. A máquina administrativa funciona à míngua, oferecendo precários serviços à população.

A verdade é que a pobreza do Piauí não é um desígnio de Deus ou da Natureza, nem resulta da falta de apoio do governo federal. É uma questão de escolha ●

*Felipe Mendes é professor adjunto do DECON/UFPI. Foi Secretário de Fazenda do Governo do Estado do Piauí (1975-77) e do Planejamento (1977-79/1979-82), Deputado Federal (1987-91 / 1991-95 e 1995-99) e Vice-Governador (nov/2001 a dez/2002)

MARKETING DE PERMISSÃO

Tiago Cardoso Rosa*

Na nova economia, a forma de pedir licença para entrar na residência do consumidor, especialmente pela internet, é a principal estratégia para conquistar a sua atenção e transformá-los em amigos que podem tornar-se leais aos pontos de venda do varejo. No passado, e ainda no presente, muitas empresas, em particular as de supermercado, estão ainda aplicando o marketing de interrupção como estratégia para alcançar mais venda de produtos ou serviços, vinculando comerciais que interrompem as pessoas com mensagens inesperadas, impessoais e irrelevantes. Neste contexto, explica Godin (2001, p.97) “A meta do profissional de marketing é gastar dinheiro com publicidade que interrompe pessoas que não querem ser perturbadas. A meta do consumidor é evitar ouvir o publicitário sempre que possível.” Continua o autor, “sempre que os publicitários desenvolvem seus negócios com base na estratégia de falar diretamente com o cliente tornam-se escravos da matemática do marketing de interrupção”. Os compradores se sentem aborrecidos com essas interrupções, muitos deles utilizam o controle remoto para mudar de canal. Outras vezes, o garoto propagando entra no ar já gritando, dizendo que tudo ali é mais barato, e insiste chamando a atenção do consumidor com gritos frenéticos e alucinantes, como estivesse pedindo a salvação ou a isenção de algum pecado. Esta atitude provoca muitos constrangimentos para os consumidores, o conteúdo da mensagem é afogada com as práticas desses publicitários, que anunciam um produto ou uma promoção com se estivesse tangendo uma boiada, que me perdoem as vacas e os bois.

O que os profissionais de marketing devem estudar é o imaginário do consumidor, para identificar os atributos que toquem os fluxos invisíveis e profundo que correm entre os clientes. Isto é, em vez de comunicar-se diretamente com o cliente, devem ajudá-los a falar entre si. A propaganda deve, neste contexto, despertar o interesse dos consumidores em relação à empresa, posicionando esse ponto de venda como um local de compras onde se encontra todas as facilidades de se realizar uma experiência de compra sem aborrecimentos.

Como forma de estabelecer um relacionamento real e duradouro com seus clientes, as empresas estão desenvolvendo estratégias afinadas com o marketing de permissão ou de autorização, cujo propósito, segundo Godin (2001, p.74) é “estimular os consumidores a aumentar gradualmente a permissão concedida às empresas

afim de transformar desconhecidos em amigos, amigos em clientes e clientes em clientes fiéis.”

Com a permissão concedida pelos clientes às companhias desenvolvem relacionamentos baseados no respeito e confiança. Dentro desse propósito, os consumidores doravante só receberão mensagens em harmonia com suas necessidades, desejos e expectativas. As informações sobre os produtos e serviços são importantes e agregam valor a satisfação do cliente e chamam sua atenção para o seu conteúdo, quando enviada com sua devida permissão. Caso contrário, as empresas estarão perdendo recursos financeiros, enviando catálogos que nunca serão lidos e mensagens que nunca serão ouvidas.

A cada grau que os clientes sobem na escala de permissão, cresce a confiança, respeitabilidade e, lógico, o lucro da empresa. Para explicar o desenvolvimento dessa escala de permissão, Godin (2000, p.74) utiliza os cinco níveis de autorização, concedido pelo cliente, em ordem de importância: “a) intravenosa; b) por pontos; c) relacionamento pessoal; d) confiança na marca; e) circunstancial.” O intravenoso é o nível mais alto de permissão que tem como atributo maior, a confiança que o cliente deposita na relação. Isto é, os consumidores passaram a decisão de compra dos bens e serviços para profissionais de marketing da empresa. Nesta interação desenvolve o marketing de aprendizado que possibilita criar estratégias para perguntar ao cliente que produtos ou serviços estão mais relacionados com suas necessidades e desejos.

Perguntado aos consumidores por que delegar tanto controle, permitindo que outro se beneficie com tal nível de confiança, Godin (2000, p.75-76) explica as razões: “Primeiro para poupar tempo. Segundo, para economizar dinheiro. Em muitos setores, o custo do marketing é o item crucial do valor dos produtos. Uma revista pode custar três vezes mais nas bancas do que por assinatura. A terceira razão é um pouco mais surpreendente: muitos consumidores não gostam de escolher. Quando os profissionais de marketing segmentar seus clientes por grupo de necessidades, maior será a disposição dos clientes em deixar alguém escolher por eles. A última razão é evitar o desabastecimento.”

Os profissionais de marketing devem tomar muito cuidado com o nível ‘intravenoso’ porque o mesmo não é tão automático quanto se pensa, devido a um subnível de compra denominado de ‘compras com aceitação prévia’, que exige uma segunda autorização para a realização da transação. Exemplo, seleciona-se determinado produto e

informa para o cliente, primeira autorização. Se o cliente confirmar com um sim o produto, será enviado segunda autorização. Caso contrário nada será endereçado para o consumidor. Observa-se que o desenvolvimento do marketing ‘intravenoso’ depende da segunda autorização do cliente, embora algumas empresas ainda insistam em enviar produtos como uma forma de ‘confiança’ conquistada. Isto traz sérios aborrecimentos para os clientes. O respeito a segunda autorização poderá gerar um vínculo mais duradouro do comprador com a empresa, pois a mesma está valorizando o atributo mais importante nessa relação: o respeito. O segundo nível de autorização, o ‘permissão por pontos’, desenvolve-se da seguinte forma: o consumidor compra um produto ou serviço e recebe proporcionalmente uma quantidade de pontos ou em muitos casos figurinhas autocolantes. No primeiro caso, são os programas de milhagem muito utilizados pelas companhias de aviação. Atingiu determinados pontos o cliente ganha uma passagem ou determinado brinde. No caso das figurinhas, o processo é quase o mesmo. Conseguiu colar tantas figurinhas a pessoa leva algo como prêmio.

O grande problema referente às técnicas do marketing de permissão é atrair, como diz Godin (2000), os ‘caçadores de oportunidades’, pessoas que tem mais tempo do que realmente dinheiro e se concentram em produtos de baixa margem. Duas categorias se destacam nos programas de pontos: os que podem ser trocados por um prêmio real e os que aumentam as possibilidades de ganhá-lo. Na primeira categoria, pode-se citar o programa de milhagem, realizado pelas empresas aéreas, onde cada milha conquistada pelo consumidor tem um ganho real. E um programa muito caro, as empresas aéreas arcam com milhões de dólares em obrigações decorrente dessa estratégia. O segundo modelo, pontos com possibilidades, contrário ao primeiro, os consumidores não têm uma recompensa garantida, ganha possibilidades na direção de um prêmio. O crítico desse modelo é que se o consumidor não acreditar que vai ganhar, irá embora. A estratégia de marketing que as empresas terão que desenvolver para motivar o consumidor a continuar jogando, conquistando sua atenção, é aumentar as possibilidades de ganhos e a oferta de prêmios.

Neste contexto, Godin (2000, p.79) que: “1. Ninguém entra numa promoção pensando em perder; 2. Ninguém abandona uma promoção quando pode alcançar a meta; 3. O medo de perder por falta de pontos pesa mais do que o custo em atenção que o marketing lhe exige; 4. Se as interações são divertidas e alimentam o ego, é provável que o consumidor continue participando.” O propósito final desse programa de pontos é construir um elo mais forte entre empresa e cliente, tentando assegurar sua fidelidade.

A FALÁCIA DO EXERCÍCIO

Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres*

O relacionamento pessoal é o terceiro modelo de permissão. O relacionamento pessoal, na opinião de Godin (2000), é a forma de permissão mais poderosa para gerar grandes transformações na conduta de um consumidor. Como também é o modo mais simples de conquistar a confiança de alguém, vender produtos sob medida e ter resposta positiva nos lucros da empresa. A gestão de relacionamento pessoal é uma das importantes estratégias na realização de grandes negócios. Nesta direção, Godin (2000, p.80) diz que "a forma de permissão mais poderosa para gerar grandes transformações na conduta de um consumidor é obtida com o relacionamento pessoal. Também é a maneira mais simples de induzir alguém a outorgar um nível 'intravenoso' de autorização. É o melhor modo de vender produtos sob medida, muito caros ou que exijam muito aprendizado para ser apreciados".

O quarto modelo, confiança na marca. O comportamento da nova economia mundial está mostrando que a marca não é o principal atributo na decisão de compra do consumidor. A criação e posicionamento de uma marca na lembrança do consumidor é extremamente cara, exigindo tempo para se consolidar no mercado. Conquistado esses aspectos e a empresa lança um produto cuja eficiência operacional é duvidosa ou os serviços de logística e atendimento não tem excelência de qualidade, logicamente, a confiança na marca fica comprometida. Neste contexto, Godin (2000, p.80) explica que a "A Online o faz todos os dias com telas de interrupção, que incomoda os usuários (marketing de interrupção). Como seria de esperar, o índice de respostas a essas telas caiu violentamente e a permissão outorgada a AOL despencou." Nesta mesma direção continua o autor: "Por outro lado, com o passar do tempo, vai ficando cada vez mais difícil elevar o nível de confiança em uma marca e, se ela for sabotada, não haverá ferramentas suficientes para reconstruir o nível original de permissão outorgada." Uma marca para conquistar a confiança do consumidor deverá desenvolver mecanismo que possibilite-o perceber os atributos necessários responsáveis para garantir essa confiança.

O quinto e último nível de permissão é o circunstancial. Este nível se caracteriza, na opinião de Godin (2000) da seguinte forma: quando um consumidor chama o número 0800 ou para pedir orientação ou consultar um funcionário, neste momento, o cliente está concedendo uma permissão. A forma como o pessoal da empresa vai agir neste primeiro contato é o mecanismo mais importante para conquistar a confiança circunstancial ou duradoura do cliente. Agregando valor a esse interação a organização conseguirá estabelecer uma relação de aprendizado que será essencial para obter sua confiança e respeito ●

Em recente declaração sobre assunto de seu campo de atuação administrativa, a secretária de Administração, Regina Souza, ao falar sobre a instituição de uma eventual Escola de Governo, proferiu as seguintes palavras: "Tudo será feito na filosofia de um governo de responsabilidade. O patrão é o povo. O servidor não é empregado de governo ou de político". Escusado argruir que essa declaração carece de uma explicação mais ampla, que possibilite aos leitores uma maior profundidade sobre o tema. Pois algumas conclusões equivocadas podem ser daí deduzidas. Com esse fito, vamos dividir o conteúdo do referido discurso em três partes constitutivas, com suas respectivas conseqüências explanatórias, uma vez que cada uma dessas análises concorre para um esclarecimento que conflui, que se conjuja, que é tributária entre si.

De antemão, convém esclarecer que da parte do autor do artigo não existe nenhuma intenção de expressar animosidade à mui digna secretária da Administração, mas apenas um desiderato claro em demonstrar que as coisas não são tão simples quanto as suas palavras querem expressar; e as aparências, manifestar. Vamos à interpretação que os fatos teimam em comportar, ainda que nas entrelinhas.

1. Quem governa deve prestar contas de seus atos àqueles que legitimamente - e legalmente - lhe outorgou tal responsabilidade. A questão da responsabilidade dos agentes públicos - sobretudo daqueles que integram a inteligência governamental e que se situam no âmbito dos dois primeiros círculos de decisão (Chefia do Executivo e entourage, Ministérios Federais e/ou Secretarias Estaduais, respectivamente) - constitui um tema de difícil resolução. Na realidade, trata-se de matéria de discussão acalorada que é acalentado por estudiosos do assunto, na medida em que os funcionários públicos assomam-se como imunes juridicamente às conseqüências administrativas

de seus próprios atos de escolha e decisão. A aprovação do dispositivo constitucional que privilegia autoridades do executivo federal, estadual e municipal no tocante à defesa em fórum especial constitui uma prova evidente de que os mecanismos institucionais de controle e fiscalização de atos administrativos premiam os erros - ou equívocos - em detrimento dos acertos. Da mesma forma que existem organismos institucionais cuja função é a execução de atividades voltadas à vigília das funções governamentais segundo as normas e valores que informam a ação administrativa, devem existir também uma correspondente estrutura 'corredora' responsável pela distribuição de recompensas compatíveis com os feitos dos agentes públicos - o fator premiação deve concorrer com o fator penalização, sendo que este último é funcionalmente ineficaz, devido à impunidade, condição genética de sua reprodução célere. Ocorre que o mecanismo destinado ao reconhecimento dos êxitos e acertos dos agentes públicos às vezes é operacionalizado externamente, ou seja, ao nível da arena político, quase invariavelmente através do processo político eleitoral, geralmente associado ao intemorato e intemerato comportamento com relação aos negócios públicos de toda ordem. Quanto ao âmbito puro do domínio técnico, ou campo do saber, alguns agentes públicos terminam por originarem uma espécie de sociedade secreta, com seus respectivos códigos de conduta e regras de iniciação.

2. O detentor supremo do poder de decisão, ou decisor-mor, sobre qualquer alternativa de resposta dos poderes públicos em sua interação para com a sociedade é, teoricamente, o povo, ou seja, um conjunto amorfo de seres humanos encarregados de produzir o que ainda não existe, a opinião pública. A máxima segundo a qual "o poder emana do povo, para o povo e pelo

*Tiago Cardoso Rosa é professor do DECON/UFPI. Doutor em Ciências Empresariais - Enfoque Marketing de Varejo / Universidade del Museo Social Argentino

IO DO PODER EM NOME DO POVO

povo" se reveste de um importante componente falacioso, ou de embuste. Não é desprezível o fato de que no mundo mais afeito aos mecanismos demográficos desponta um crescente descontentamento com relação aos processos decisórios ortodoxos efetuados pela democracia representativa. Razão pela qual esta última é constantemente fustigada pela democracia participativa, a saber, aquela que configura e expressa uma postura multicêntrica, realizada por organizações e coletividades não governamentais, isto é, por entidades dotadas de natureza pública de caráter não-estatal. Assim, o fenômeno da dispersão de responsividade possibilitada pela democracia representativa é similar, ao nível de uma transposição analógica, com o que ocorre com o fenômeno físico da transmissão da eletricidade que, ao ser distribuída, através de uma rede de capilaridade material, tende a perder parte de sua substância elétrica, graças à ação do calor. Assim é a democracia representativa. Entre o pólo da transmissão da delegação de responsabilidade e o pólo da recepção de tal delegação e respectiva defesa de interesses existe um vácuo em que se verifica uma margem respeitabilíssima de dissipação de informações, de lealdade e de responsabilidade, para não falar em traição humanitário-eleitoral. Logo, o povo é um "patrão" relapso a quem pouco prestam contas, e geralmente é o último a saber das providências tomadas por seus empregados, salvo o escarcéu provocado pela 'opinião pública' ditada pelo quarto poder, ou seja, pela mídia, mediante suas várias modalidades de expressão - escrita, falada e, sobretudo, televisiva.

3. O funcionário público é uma personalidade física de direito público cuja incumbência racional-legal se restringe - e se vincula - à personalidade jurídica do Estado. Assim sendo, a personalidade do agente público termina por ser idiossincraticamente bifronte, a

um só tempo física e jurídica. Técnica e juridicamente, o servidor público é um agente do Estado que desempenha funções específicas segundo estatuto formal exposta no Texto Constitucional em suas várias esferas jurisdicionais. Nesse sentido, tal agente é inoculado com o soro da imunidade política segundo reza a racionalidade formal. Mas essa afirmação é completamente verdadeira? Será que o ambiente interno do Estado é totalmente fechado às influências que provem da sociedade?

"...o povo é um "patrão" relapso a quem pouco prestam contas, e geralmente é o último a saber das providências tomadas por seus empregados, salvo o escarcéu provocado pela 'opinião pública' ditada pelo quarto poder, ou seja, pela mídia, mediante suas várias modalidades de expressão - escrita, falada e, sobretudo, televisiva."

De forma alguma. No jargão da Administração Pública, quando se observa uma excessiva introspecção do Estado no sentido de um comportamento auto-referido da parte do Agente (burocracia) - este em defesa de seus próprios interesses - em relação ao Principal (Estado), e, por consequência, à Sociedade, diz-se que ocorre uma disfunção entre a burocracia e a democracia, entre a administração e a política, entre a racionalidade formal e a racionalidade substantiva - a favor da primeira, é claro!

Por outro lado, agora na linguagem da sociologia política, quando existe excessiva subordinação da estrutura estatal (agentes, recursos e meios infra-estruturais) aos ditames de determinado segmento da classe política alude-se à captura do Estado mediante a apropriação privada de seus recursos via procedimentos clientelistas, ou seja, capitalização de renda à margem dos mecanismos de mercado. Nesse caso, a

disfunção entre os dois termos da relação supracitada propende a favor da democracia representativa, da política, da racionalidade substantiva, com todas as consequências nefastas permitidas por esta última.

Malgrado o que foi dito, o importante é não se deixar levar pela falsa percepção de que a persecução da boa governança pode ser alcançada sem atropelos. Quando se trata da política, ou seja, dos modos de aquisição, distribuição e manutenção do poder, as verdadeiras facetas dos atores envolvidos são reveladas - ou desmascaradas - com uma limpidez que desconcerta o pior dos embusteiros, visto pelo lado dos governados. Por isso, todo cuidado é mais do que pouco - é insuficiente.

De qualquer modo, o instituto da democracia representativa, enquanto instrumento de ressonância amplificada das vozes da amorfa massa populacional, civicamente reconhecida na forma da lei, principalmente em termos eleitorais, vê-se às voltas com dissipações tipicamente associadas à salvação de interesses utilitaristas, ou seja, aqueles interesses que dizem respeito ao individualismo (ou egoísmo), e não ao coletivismo (ou respeito à alteridade, ou bem comum). E é exatamente na esteira desses desvios institucionais que são criadas as condições objetivas para o surgimento da democracia participativa, mediante os vários institutos responsáveis pela 'intrusão' sociopolítica da sociedade no Estado, à revelia do Parlamento - trata-se da afirmação concreta e crescente do paradigma Sociocêntrico em detrimento do ocaso do paradigma Estadocêntrico ●

*Carlos Antonio M. de C. Buenos Ayres é professor do Departamento de Ciências Sociais/UFPI. Doutor em Sociologia pela UNB. E-mail: menayres@ig.com.br

Desafios à nova esquerda

Com o objetivo de conhecer e discutir a dimensão social, os limites e desafios do Programa Fome Zero, aconteceu em Teresina nos dias 7, 8 e 09/05 o I Seminário Regional de Segurança Alimentar de Combate a Fome. O evento foi promovido pela Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, instituição responsável pela implantação do Programa no Piauí. A frente da coordenação encontra-se a professora dra. Rosângela Maria Sobrinho Sousa, do Departamento de Serviço Social/UFPI. Os professores doutores Maria do Socorro Lira e Solimar Oliveira Lima, do DECON/UFPI, são Assessores Técnicos do referido Programa. Dentre outros convidados, Frei Betto foi um dos palestrantes do seminário aberto ao público que lotou o auditório durante a realização do evento. Num rápido contato com Frei Betto, que autorizou a publicação do presente artigo, foi feito um convite para sua participação no Sexta-Básica. Este texto foi extraído do Jornal Correio da Cidadania (Edição n 344), publicação referência sobre as questões nacionais e internacionais dirigida por Plínio Arruda Sampaio, no site: www.correiocidadania.com.br.

Frei Betto*

O ideário socialista ruiu, vítima de sua pragmática identificação com o progresso material. Lenin enfatizou o socialismo como sinônimo de eletrificação. Os partidos comunistas no poder empenharam-se em desenvolver a infra-estrutura de seus respectivos países, porém sem a mesma atenção à formação da sociedade civil, democratização da estrutura política e ampliação do mercado varejista.

Socialismo deve rimar com emancipação humana, soberania nacional e, sobretudo, felicidade pessoal. No capitalismo, que exalta a competitividade, suporta-se a lógica de que a felicidade de um decorre da infelicidade de muitos. É outra vertente ética, enraizada na solidariedade, que torna o socialismo radicalmente diferente. "De cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo a sua necessidade".

A esquerda latino-americana é desafiada, agora, a tornar-se menos leninista e mais guevarista. A autocracia partidária cede lugar às emulações morais. Mais leitura de Os manuscritos econômico-filosóficos de Marx e menos de O capital.

A ideologia progressista não pode mais ser reduzida a uma teoria econômica de natureza positivista. O socialismo não pode ser projetado como um capitalismo sem capitalistas. O que significa que não pode ser pautado por padrões de tecnologia e modelos de consumo.

O resgate da ética, a transparência no trato com a coisa pública, a tolerância nas relações e a intransigência nos princípios, o compromisso efetivo e afetivo com os setores mais carentes da população - eis a condição para uma esquerda que pretenda recuperar sua credibilidade e seu poder de humanização da sociedade.

O peruano José Carlos Mariátegui, que latinoamericanizou o marxismo, denunciou em seus escritos o culto supersticioso da idéia de progresso. Interessado em superar o positivismo e o determinismo, ele propôs um socialismo como "criação heróica" a partir do povo, tendo ao centro, na América Latina, a questão indígena, o universo camponês, a multidão de pobres, e não o prometido

proletariado industrial. Em suma, mais atenção ao povo e menos rigor na ótica de classe.

Na atual conjuntura latino-americana, fica descartada a estratégia libertadora centrada na proposta de assalto ao Estado. A Nicarágua sandinista comprovou que, devido à internacionalização do aparelho repressivo, monitorado pelos EUA, antes de apelar para a idéia de força é preciso recorrer à força das idéias. A eleição de Lula é expressão desse novo caminho.

Não se conquista o aparelho estatal sem antes estar consolidado o apoio de corações e mentes da maioria da população. Não se pode subestimar o sujeito popular: jovens, crentes, donas de casa etc. Esses setores não podem ser considerados mera massa eleitoral. Se a esquerda não se livrar do sectarismo e do dogmatismo, permanecerá isolada em suas purezas e certezas, sem condições de elaborar um novo senso comum popular.

Nem sempre a esquerda partidária reconheceu o merecido valor das práticas populares alternativas: lutas por sobrevivência e resistência; denúncias; conquista de direitos; preservação do meio ambiente; relações de gênero; combate à discriminação racial e/ou étnica etc.

Inútil dar um passo atrás e fixar-se na utopia do controle do Estado como pré-condição para transformar a sociedade. É preciso, antes, transformar a sociedade através de conquistas dos movimentos sociais, e de gestos e símbolos que façam emergir as raízes antipopulares do modelo neoliberal. Combinar as contradições de práticas cotidianas (empobrecimento progressivo da classe média, desemprego, disseminação das drogas) com as grandes estratégias políticas.

É fazer concessão à lógica burguesa admitir que o Estado é o único lugar onde reside o poder. Este se alarga pela sociedade civil, os movimentos populares, as ONGs, a esfera da arte e da cultura, que incutem novos modos de pensar, de sentir e de agir, modificando valores e representações ideológicas, inclusive religiosas.

"Não queremos conquistar o mundo,

mas torná-lo novo", proclamam os zapatistas. Hoje, a luta não é de uma classe contra a outra, mas de toda a sociedade contra um modelo perverso que faz da acumulação da riqueza a única razão de viver. A luta é da humanização contra a desumanização, da solidariedade contra a alienação, da vida contra a morte.

A crise da esquerda não resulta apenas da queda do Muro de Berlim. É também uma crise teórica e prática. Teórica, de quem enfrenta o desafio de um socialismo sem stalinismo, sem dogmatismo, sem sacralização de líderes e estruturas políticas. E prática, de quem sabe que não há saída sem retomar o trabalho de base, reinventar a estrutura sindical, reativar o movimento estudantil, incluir em sua pauta as questões indígenas, raciais, feministas e ecológicas.

Neste mundo sem esperança, só a imaginação e a criatividade da esquerda são capazes de livrar a juventude da inércia, a classe média do desalento, os excluídos do conformismo. Isso requer uma ideologia que resgate a ética humanista do socialismo, abandonando toda interpretação escolástica da realidade e, sobretudo, toda atitude que, em nome do combate à burguesia, faz a esquerda agir mimeticamente como burguesa, incensando vaidades, sonegando informações sobre recursos financeiros, reforçando a antropofagia de grupos e tendências que se satisfazem em morder uns aos outros.

O pólo de referência das esquerdas, em torno do qual devem se unir, só pode ser um: os direitos dos pobres ●

*Frei Betto é jornalista, antropólogo, filósofo, teólogo e escritor. Autor de inúmeros livros, escreveu em parceria com Emir Sader "Contravenções - Civilização e Barbárie". Foi consagrado intelectual do ano (1986) pela União Brasileira de Escritores e homenageado pela Fundação Kreisky, de Viena, por seus trabalhos em defesa dos direitos humanos. É assessor especial do Presidente Lula atuando na mobilização social do programa Fome Zero. Para Frei Betto, "o projeto Fome Zero, implantado pelo governo Lula, pretende reduzir significativamente a exclusão social que faz do Brasil um dos três países mais injustos do mundo"

A AGENDA INTERDITADA

UMA ALTERNATIVA DE PROSPERIDADE PARA O BRASIL

Manifesto dos economistas contra a política econômica

O Brasil está sendo levado a um beco sem saída de estagnação e desemprego por uma política econômica que capitulou à insensatez do totalitarismo de "mercado". Desde os anos 90 o debate sobre alternativas de desenvolvimento foi virtualmente interdito com o recurso ao dogma de que o "mercado", sábio e virtuoso, se deixado a si mesmo promoverá a prosperidade coletiva. Passado mais de um decênio em que o experimento neoliberal vem sendo praticado no Brasil, é hora de um balanço, e de um questionamento: até quando o crescimento com redistribuição de renda será negado à sociedade brasileira?

A interdição do debate econômico nos últimos anos pretendeu desqualificar como anacrônica toda crítica a qualquer aspecto da política econômica. Hoje, repetindo o que aconteceu na última década, a sociedade vem sendo privada de participar ou acompanhar um debate genuíno sobre medidas alinhadas com a verdade do príncipe, num peculiar movimento contraditório pelo qual toda a força do Estado foi colocada a serviço dos que querem privar o Estado de qualquer força.

O "mercado" não debate, apenas ameaça. E aqueles que deveriam debater em seu nome tomam a ameaça de suas reações como suficientes para cancelar o próprio debate. Os pontos-chave da política econômica são encapsulados numa cadeia de tabus porque a simples menção de discuti-los é descartada em face do risco da especulação do "mercado", pelo que o "mercado" obtém uma franquia para continuar atuando lucrativa e livremente, sem contestação, à sombra da proteção do Estado.

Basta. Queremos abrir a agenda da economia política brasileira e expor a caixa preta da política econômica ao debate aberto. É um imperativo moral que reconhecamos o alto desemprego, sem precedentes em nossa história, como o mais grave problema social brasileiro, resultante diretamente das políticas monetária e fiscal restritivas, assim como da abertura comercial sem restrições. É um imperativo político, em face dos direitos de cidadania e tendo em vista a preservação da democracia, que se promova uma política de pleno emprego para garantir a retomada do desenvolvimento com justiça social e estabilidade.

Há alternativa. Ela não passa por mudanças tópicas em um ou alguns dos aspectos da "coerente" política neoliberal em curso, mas pela inversão de toda a matriz da política econômica. Isso significa reforçar a interferência do Estado no domínio econômico, a exemplo do que ocorreu historicamente em situação similar com o New Deal, nos Estados Unidos, para corrigir as

distorções provocadas pelo "livre mercado", sobretudo o alto desemprego, que compromete a estabilidade social e política do País. Em linhas gerais, implicaria, enquanto perdurar o alto desemprego, um conjunto simultâneo de medidas do tipo:

1. controle de capitais externos e controle do câmbio em nível real favorável às exportações; condição necessária para:

2. enquanto perdurar o alto desemprego, redução do superávit primário até sua eventual eliminação pelo aumento responsável do dispêndio público, a fim de ampliar a demanda efetiva agregada induzindo a retomada do desenvolvimento e do emprego;

3. ampliação, em consequência, dos gastos públicos nos três níveis da administração, com prioridade para dispêndio com ampliação dos serviços de educação, saúde, segurança, assistência e habitação, grandes geradores de empregos, e de competência também dos estados e municípios - o que implica a restauração da saúde financeira da Federação, inclusive mediante renegociação das dívidas de Estados e Municípios;

4. redução significativa da taxa básica de juros, como complemento indispensável da política fiscal de estímulo à retomada dos investimentos privados;

5. promoção de investimentos públicos e privados em saneamento e infraestrutura (logística e energia), para assegurar a melhoria da competitividade sistêmica da economia; incentivo a investimentos imediatos em setores privados próximos da plena capacidade;

6. manutenção e ampliação da política de incentivo às exportações;

7. política de rendas pactuada para controle da inflação.

Sustentamos que o Brasil tem diante de si uma alternativa de política econômica de prosperidade. O atual Governo, que foi eleito em função de expectativas de mudança, tem diante de si a responsabilidade de evitar que a crise social herdada se transforme numa crise política de proporções imprevisíveis, a exemplo do que tem ocorrido em outros países da América do Sul contemporaneamente, e do que ocorreu historicamente na Europa, nos anos 20 e 30.

Colocamos o foco na promoção do pleno emprego porque se trata de uma política estruturante da solução de outros problemas sociais e econômicos - miséria, subemprego, marginalidade, iníqua distribuição de renda, violência, insegurança -, assim como da crise fiscal do setor público - neste caso pela previsível aumento de receitas (sem aumento de carga tributária) e queda de algumas despesas sociais na medida em que o desemprego se reduza. Contu-

tudo, este não é um projeto estritamente econômico, nem um projeto fechado. **É uma contribuição de economistas à busca de um novo destino nacional, base do resgate da cidadania e condição para uma sociedade solidária.**

Nenhuma das medidas propostas ou seu conjunto são um anátema à luz da história econômica real dos países que experimentaram algum êxito econômico e social. Desafiamos os que se escondem nas sombras, por trás da onipotência do deus "mercado", que sustentem à luz da discussão pública seu receituário de fórmulas abstratas que, uma vez testadas na prática, têm resultado em destruição permanente do tecido social, da atividade econômica e da soberania nacional. **Queremos o debate já. Queremos o exercício democrático da controvérsia. Chega de interdição.**

Rio de Janeiro, junho de 2003.

Assinaram o manifesto, entre outros, os economistas:

Ademir Figueiredo, Adhemar Mineiro, Alexandre Porciúncula Gomes Pereira, Aloísio Teixeira, Antônio Saraiva, Benício Viero Schmidt, Carlos Eduardo Gouveia, Carlos Medeiros, Carlos Pinkusfeld, Ceci Vieira Juruá, César Caldeira, César Benjamim, Cláudio Salm, Bernardo Karan, Carlos Alberto Martins da Costa, Carlos Alberto Oliveira Lima, Carlos Alves do Nascimento, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Cosenza, Carlos E. N. Gonçalves, Carlos Eduardo Carvalho, Carlos Eduardo Frickmann Young, Dércio Garcia Munhoz, Eriksom Teixeira Lima, Fábio Freitas, Fernando Cardim, Franklin Serrano, Guilherme A. V. Dias, João Manoel Cardoso de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães, João Saboia, José Carlos de Assis, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marcos Costa de Oliveira, Mariana Carlota Amorim Machado, Maurício Dias David, Mércio P. Gomes, Mônica Esteves de Carvalho, Ney Sant'Anna dos Santos, Nildo Ouriques, Nilton César Lima, Pierre Salama, Plínio de Arruda Sampaio Filho, Rafael Bicudo, Reinaldo Antonio Carcanholo, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Carneiro, Theotônio dos Santos, Walsey de Assis Magalhães, William Pinto Machado e Wilson Cano.

Economistas do DECON/UFPI que assinaram o manifesto:

Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas", M^a Elizabeth Duarte Silvestre, Solimar Oliveira Lima, Samuel Costa Filho, M^{do} Socorro Lira Monteiro, Newton R. Clark, Vicente Ribeiro Gonçalves Jr, Edson José de Castro Lima, Tiago Cardoso Rosa, Jaíra Maria Alcobaça Gomes e Enoisa Veras.

REGISTRANDO O SEXTA-BÁSICA

Coordenado pelo professor Solimar Oliveira Lima, Doutor em História/PUCRS, o projeto de extensão denominado Sexta-Básica - Debates Necessários para Entender Economia vem alcançando seu objetivo principal que é o de possibilitar aos discentes do Curso de Economia e todos aqueles interessados em temas econômicos, uma melhor compreensão acerca da conjuntura econômica estadual, nacional e mundial.

O interesse em torno das palestras cresce a cada evento, em virtude, principalmente, da realidade econômica nacional vivenciada pelos brasileiros que, a cada decisão política-econômica, se encontram cada vez mais perplexos e decepcionados. Entretanto, se "navegar é preciso", lutar é fundamental no atual contexto. É nessa perspectiva que registramos alguns momentos do Sexta-Básica neste número de nossa publicação.

Procurando situar o leitor no desenvolvimento do projeto, citamos as palestras ocorridas:

1) "A Crise Argentina e o Reflexo na Economia Brasileira" - Prof. Samuel Costa Filho;

2) "Globalização, Especulação e Perspectivas Econômicas" - Prof. Reinaldo Antonio Carcanholo;

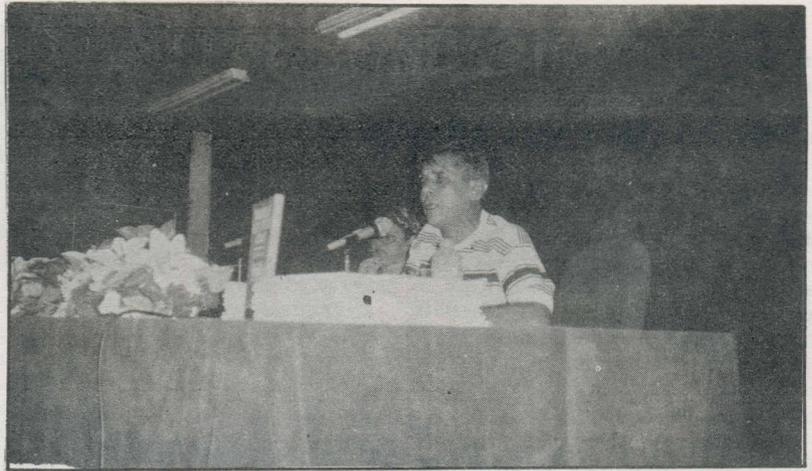
3) "A inserção Subordinada da Economia Brasileira na Nova Ordem Econômica Mundial" - Prof. Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas";

4) "A Especulação Fundiária e a Produção nos Cerrados Piauienses" - Profa. Maria do Socorro Lira Monteiro;

5) "Empregabilidade: Passado Imperfeito...Caminhando para o Futuro" Prof. Francisco José Soares Teixeira.

O projeto reiniciou suas atividades em março do corrente ano, com a palestra da professora Rosângela Maria Sobrinho Sousa que discorreu sobre o tema: "Fome Zero: Assistencialismo ou Inclusão?". Docente do Departamento de Serviço Social/UFPI, professora Rosângela é Doutora em Políticas Públicas /USP Atualmente, responde pela Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome - Instituição responsável pela implantação do Programa no Piauí.

Em maio, dia 30, aconteceu a palestra do professor da Unicamp, Plínio Arruda Sampaio Jr. com o tema: "Governo Lula e os Dilemas Neoliberais". Sua presença em Teresina é resultado de uma parceria entre o projeto Sexta-Básica e o Movimento dos Sem Terra - Secretaria Estadual/PI. Outros nomes, que representam o pensamento econômico progressista brasileiro, deverão realizar palestras futuras na UFPI por conta da valiosa articulação entre a universidade e os movimentos sociais, no caso, o MST. O Conselho Regional de Economia/PI é outro parceiro que possibilita o acontecer das atividades.



O quinto debate do Sexta-Básica que encerrou o ano letivo/2002 teve como palestrante o professor da UNIFOR, economista Francisco José Soares Teixeira que discorreu sobre o tema "Empregabilidade:Passado Imperfeito...Caminhando para o Futuro?" A economista Lúcia Castro/CORECON coordenou a mesa.



Da esquerda para direita: prof. Puscas - Coordenador do Curso de Economia, alunos do curso, professores Socorro Lira e Francisco José.



Profa. Rosângela detalha as ações do Fome Zero no Piauí. A profa. Elizabeth Silvestre/DECON, coordenou os trabalhos da mesa.



Profa. Socorro Lira/DECON, explica ações do programa, onde é Assessora Técnica.

Da esquerda para a direita: Claudiomir Vieira "Neguinho", da Direção Estadual do MST/PI, professores: Antonio Fonseca Neto, diretor do CCHL, Plínio Arruda Sampaio Jr, Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas, coordenador do Curso de Economia/UFPI e o Presidente do CORECON/PI, Pedro Andrade.

Foto: Hamilton Ferro



O Secretário de Formação do PT da cidade de Caxias-Ma, Agostinho Neto, (primeiro à esquerda na foto) traz uma pequena mas expressiva comitiva de Caxias para o debate. São eles: profa. Silvana - diretora de organização do SINPROSEMC-Sindicato dos Professores e Servidores Municipais de Caxias, professores Nilson e Chico Ramos, profa. Walna - Secretária de Formação-SINPROSEMC. Brito, que na foto aparece entre os professores Plínio e Silvana é Secretário Geral do PT em Timom-Ma. Os dois últimos são: prof. Fonseca Neto - Diretor do CCHL e prof. Solimar Oliveira Lima, coordenador do Sexta-Básica.

Foto: Enoisa Veras



Auditório lotado e atento. No final dos trabalhos, foi sorteado entre os participantes o livro "Entre a Nação e a Barbárie" de autoria do palestrante, uma assinatura dos jornais: O Dia (de Teresina) e Brasil de Fato (doação do palestrante). A Livraria Corisco participou do evento colocando a disposição do público livros sobre economia. Aconteceu ainda o lançamento do 6º número do Texto de Discussão, publicação do DECON que pretende, entre outros objetivos, subsidiar a prática docente. O texto de autoria do prof. Plínio traz o título: "A dança imóvel e os impasses da transição".

Foto: Enoisa Veras



Na sede do MST em Teresina no dia seguinte ao debate, professor Plínio trocou experiências e informações com Neguinho/MST, Padre Ladislau da Silva /Superintendente do INCRA no Piauí, Antonio Júlio/CEBs e o jornalista Carlos Eugênio/MIRE.

Foto: Enoisa Veras



INDICADORES

CUSTO DA CESTA BÁSICA E RELAÇÃO COM O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL - MAIO/2002 A MAIO/2003

MESES	CUSTO DA CESTA EM R\$ (A)	VARIACÃO PERCENTUAL CESTA	VR. SALARIO	
			MÍNIMO EM R\$ (B)	A/B (*)
Maio/02	95,08	-3,32	200,00	47,54
Junho/02	99,14	4,27	200,00	49,55
Julho/02	96,15	-3,01	200,00	48,07
Agosto/02	100,92	4,96	200,00	50,46
Setembro/02	100,11	-0,80	200,00	50,06
Outubro/02	102,39	2,28	200,00	51,19
Novembro/02	105,47	3,01	200,00	52,74
Dezembro/02	109,06	3,40	200,00	54,53
Janeiro/03	115,27	5,64	200,00	57,63
Fevereiro/03	120,47	4,51	200,00	60,23
Março/03	124,99	3,75	200,00	62,50
Abril/03	138,11	10,50	240,00	57,54
Maio/03	123,85	-10,32	240,00	51,60

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

(*) Percentual do salário mínimo comprometido pelo custo da Cesta Básica

VARIACÃO ANUAL DO IPC - TERESINA, SEGUNDO GRUPOS

GRUPOS	ANOS					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003*
Alimentação	7,79	10,02	4,29	13,75	22,30	5,70
Habitação	9,93	14,91	6,52	10,43	15,70	9,53
Artigos de Residência	6,42	12,56	8,18	4,33	9,10	9,12
Vestuário	12,68	12,30	6,51	8,47	10,92	12,22
Transp. e Comunicações	6,35	24,63	18,40	10,42	6,49	12,21
Saúde e Cuid. Pessoais	9,16	14,40	6,18	4,16	13,20	13,71
Serviços Pessoais	4,81	5,59	5,12	12,19	11,59	12,54
Índice Geral	8,05	12,57	7,07	10,85	15,84	15,55

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

*Situação em maio/2003

COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR DA CESTA BÁSICA maio/2002

PRODUTOS	QUANT.	VALOR (\$)	VARIACÃO PERCENTUAL	
			No Mês	12 Meses
Açúcar Cristal	3,00 kg	3,44	0,00	56,32
Arroz	3,60 kg	5,28	2,67	29,44
Banana (frutas)	7,50 dz	14,22	2,66	18,97
Café em pó	0,30 kg	1,92	0,72	36,29
Carne bovina	4,50 kg	27,03	-3,33	25,78
Farinha de Mandioca	3,00 kg	4,03	3,37	36,11
Feijão	4,50 kg	10,84	-6,12	37,22
Leite Pasteurizado	6,00 l	7,20	0,24	18,73
Margarina	0,75 kg	3,73	2,56	35,11
Óleo Vegetal	0,90 l	2,71	-2,03	49,51
Pão	6,00 kg	20,89	0,00	33,33
Tomate (verduras)	12,00 kg	22,56	-37,13	36,28
TOTAL	-	123,85	-10,32	30,26

Fonte: Fundação CEPRO/Departamento de Estatística e Informática

EXPEDIENTE

INFORME ECONÓMICO
 ANO 7 - Nº 15 - JUNHO/2003
 EDITADO PELO DECON / UFPI
JORNALISTA RESPONSÁVEL
 GUSTAVO FORTES SAID-Reg.Prof.802 DRT-PI
COORDENAÇÃO
 ECON. ENOISA VERAS/DECON
 e.veras@uol.com.br/enoisais@hotmail.com
CONSELHO EDITORIAL
 PROFESSORES/DECON:
 ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
 MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO
 SAMUEL COSTA FILHO
REVISÃO
 HORLEANE DE ASSIS SAMPAIO
PROJETO GRÁFICO
 PROFA. ELMIRA SIMEÃO
 DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI
PROGRAMAÇÃO VISUAL ENOISA VERAS
TIRAGEM 1500 EXEMPLARES
IMPRESSÃO GRÁFICA-UFPI
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CCHL
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS
 CAMPUS ININGA - TERESINA-PI
 CEP: 64.049-550
 FONE: (0xx86) 215-5788/5789/5790
 FAX: (0xx86) 215-5697
HOMEPAGE www.ufpi.br/~cecco